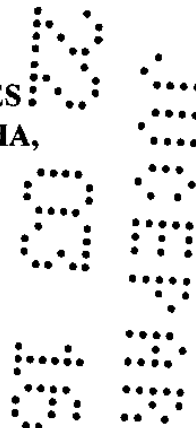


---

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENAULT DO BRASIL S.A.**



entre

**RENAULT DO BRASIL S.A.**  
*como Emissora*

e

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

\_\_\_\_\_  
Datada de  
07 de março de 2016  
\_\_\_\_\_



## ÍNDICE

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO SOCIETÁRIA .....	2
CLÁUSULA II - REQUISITOS .....	2
CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO .....	3
CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....	7
CLÁUSULA V - ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA .....	13
CLÁUSULA VI - RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA .....	13
CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO .....	15
CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA .....	19
CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO .....	21
CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	31
CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA .....	33
CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	35



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA;  
EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENAULT DO BRASIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora das Debêntures (conforme definido a seguir):

**RENAULT DO BRASIL S.A.**, sociedade sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), com sede no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Avenida Renault, nº 1.300, CEP 83070-900, Bairro Borda do Campo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o "CNPJ/MF") sob o nº 00.913.443/0001-73 e na Junta Comercial do Estado do Paraná (a "JUCEPAR") sob o NIRE nº 41300014795, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (a "Companhia" ou a "Emissora"); e

De outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures (conforme definido a seguir) (os "Debenturistas");

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (o "BACEN"), constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001.46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (o "Agente Fiduciário"),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm firmar a presente "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renault do Brasil S.A." (a "Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.



## CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO SOCIETÁRIA

### 1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 07 de março de 2016 (a “AGE”), na qual foi deliberada a aprovação da Emissão, bem como de seus principais termos e condições, tudo em conformidade com o disposto no Artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

## CLÁUSULA II - REQUISITOS

Esta 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única (as “Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, pela Emissora (a “Emissão” ou a “Oferta Restrita”) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (a “Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o Artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. Por se tratar de oferta pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá ser objeto de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (a “ANBIMA”), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (o “Código de Ofertas”), atualmente em vigor, desde que expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até o protocolo do comunicado de encerramento da Oferta Restrita.

### 2.2. Arquivamento do Ato Societário na Junta Comercial do Estado do Paraná e Publicação do Ato Societário

2.2.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCEPAR, e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Metrópole (os “Jornais de Publicação”), conforme disposto no Inciso I do Artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.



### **2.3. Arquivamento da presente Escritura na Junta Comercial do Estado do Paraná**

2.3.1. Esta Escritura e seus respectivos aditamentos serão devidamente arquivados na JUCEPAR, conforme disposto no inciso II do Artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via registrada desta Escritura e respectivos aditamentos em até 5 (cinco) Dias Úteis após o arquivamento na JUCEPAR.

### **2.4. Depósito Eletrônico para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão devidamente depositadas eletronicamente para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (o “MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (o “CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme definido a seguir), conforme disposto nos Artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no Artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **CLÁUSULA III – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Número da Emissão**

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

### **3.2. Valor Total da Emissão**

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão.



### 3.3. Número de Séries

- 3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

### 3.4. Quantidade de Debêntures

- 3.4.1. Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

### 3.5. Destinação dos Recursos

- 3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para investimentos em projetos e/ou investimentos em bens de capital (capex).

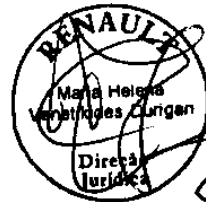
### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de subscrição, de forma individual e não solidária, com a intermediação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais (os “Coordenadores”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Renault do Brasil S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (o “Contrato de Distribuição”).

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da distribuição pública, com esforços restritos, das Debêntures poderão acessar, em conjunto, no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme definido a seguir), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais (conforme definido a seguir).

3.6.2.1. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (a “Instrução CVM nº 539” e a “Instrução CVM nº 554”, respectivamente) e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (a) “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional



mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e

- (b) “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.6.2.2. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

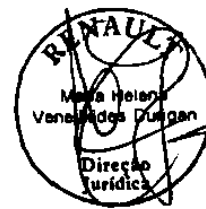
3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais.

3.6.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.7. A Oferta não está condicionada à colocação de um montante mínimo de Debêntures.



3.6.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6.9. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando, entre outros, estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (iii) a Oferta Restrita poderá ser objeto de registro na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 1º do Código de Ofertas, atualmente em vigor, desde que expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até o protocolo do comunicado de encerramento da Oferta Restrita.

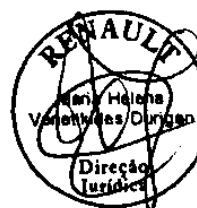
### 3.7. Banco Liquidante e Escriturador

3.7.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador das Debêntures será o **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, na Vila Yara, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (o "Banco Liquidante" ou o "Escriturador", conforme o caso, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7.2. O Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, dentre outras responsabilidades definidas nas normas da CVM e no Regulamento e Manual de Normas da CETIP.

### 3.8. Objeto Social da Emissora

3.8.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Companhia compreende: (a) a fabricação e a montagem de veículos automotores; (b) a fabricação de equipamentos, peças e acessórios para veículos automotores; (c) compra, venda, importação, exportação, industrialização e armazenagem de matérias primas destinadas à fabricação de veículos, partes e peças; (d) a prestação de serviços de logística, armazenagem de veículos, peças, acessórios, equipamentos, embalagens, material promocional e de consumo do ramo automotivo; (e) o desenvolvimento das atividades auxiliares à indústria e à comercialização de veículos automotores; (f) o comércio, importação e exportação de veículos automotores, seus equipamentos, peças, acessórios, máquinas e insumos utilizados direta e/ou indiretamente na produção e/ou manutenção de veículos automotores, e de serviços pós-venda; (g) a prestação dos serviços de assistência técnica e de manutenção relacionados aos veículos, peças, partes, equipamentos e acessórios comercializados pela Companhia; (h) a locação de veículos automotores; (i) a representação, dentro e fora do País, de outras sociedades civis ou comerciais; (j)





participação em outras sociedades, industriais, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

#### CLÁUSULA IV – CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 18 de março de 2016 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Garantia:** As Debêntures não contarão com garantias.


4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.7. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de março de 2020 (a “Data de Vencimento”). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures.

##### 4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 113,50% (cento e treze inteiros e cinquenta centésimos por cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extragrupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI Over” e a “Remuneração”).

  
Maria Helena  
Venâncio Durigan  
Direção Jurídica

4.2.2.1. Para fins desta Escritura, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização (conforme definido a seguir).

4.2.2.2. A Remuneração será calculada em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a data da primeira integralização das Debêntures (a "Data da Primeira Integralização das Debêntures") (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de seu efetivo pagamento, e deverá ser paga em cada Data de Pagamento da Remuneração (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou (b) do resgate antecipado das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI *Over*, nos termos da Cláusula 4.2.2.6 a seguir).

4.2.2.3. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

Sendo:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures devido em cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator DI = Produtório das taxas DI, com o uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

Sendo:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI *Over* consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

p = 113,50 (cento e treze inteiros e cinquenta centésimos);



$TDI_k$  = Taxa DI *Over*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI *Over* divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

- (a) Para os cálculos descritos na Cláusula 4.2.2.3 acima, a Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , conforme a Cláusula 4.2.2.3 acima, é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será aplicada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI *Over* divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 a seguir.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI *Over*, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no Artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins



de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 a seguir.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data da Primeira Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI<sub>k</sub> o valor da última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e a Taxa DI *Over* então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

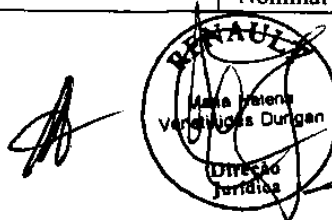
4.2.2.8. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

### 4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 16 (dezesesseis) parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do 3º (terceiro) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 18 de junho de 2016 (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização”), conforme tabela a seguir:

Data de Amortização	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário
18 de junho de 2016	6,2500%
18 de setembro de 2016	6,2500%
18 de dezembro de 2016	6,2500%
18 de março de 2017	6,2500%
18 de junho de 2017	6,2500%
18 de setembro de 2017	6,2500%
18 de dezembro de 2017	6,2500%
18 de março de 2018	6,2500%

Data de Amortização	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário
18 de junho de 2018	6,2500%
18 de setembro de 2018	6,2500%
18 de dezembro de 2018	6,2500%
18 de março de 2019	6,2500%
18 de junho de 2019	6,2500%
18 de setembro de 2019	6,2500%
18 de dezembro de 2019	6,2500%
18 de março de 2020	Saldo do Valor Nominal Unitário



#### **4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração**

4.4.1. A Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 18 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 18 de junho de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada da totalidade das Debêntures resultante (a) do vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou (b) da realização da Oferta de Resgate Antecipado pela Emissora) (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

#### **4.5. Local de Pagamento**

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam depositadas eletronicamente na CETIP (o "Local de Pagamento").

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que sejam devidos, tais montantes estarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta

Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.9. Preço de Subscrição**

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário (o "Preço de Subscrição").

#### **4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

4.10.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, à vista, em moeda corrente nacional, a partir da data de início de distribuição na forma do Artigo 7-A da Instrução CVM 476, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### **4.11. Repactuação**

4.11.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

#### **4.12. Publicidade**

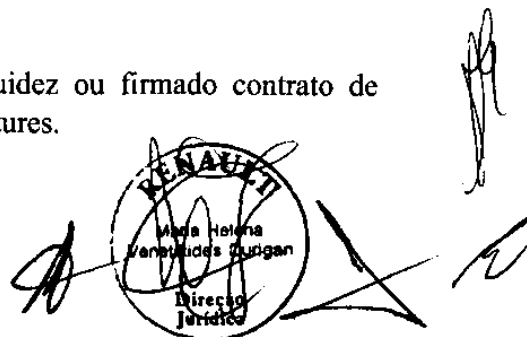
4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (os "Avisos aos Debenturistas") e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (<https://www.renault.com.br/servicos/opcoes-de-financiamento/demonstrações-gráficas.html>), observado o estabelecido no Artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### **4.13. Certificados de Debêntures**

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.14. Liquidez e Estabilização**

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.



A circular stamp from Renault Finance is visible, containing the text "RENAULT", "Márcia Helena", "Verecundes Gungun", and "Direção Jurídica". There are several handwritten signatures and initials around and over the stamp.

#### **4.15. Imunidade de Debenturistas**

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

#### **4.16. Fundo de Amortização**

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

#### **4.17. Direito de Preferência**

4.17.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### **CLÁUSULA V – ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA**

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados, em até 30 (trinta) dias, na JUCEPAR.

### **CLÁUSULA VI – RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

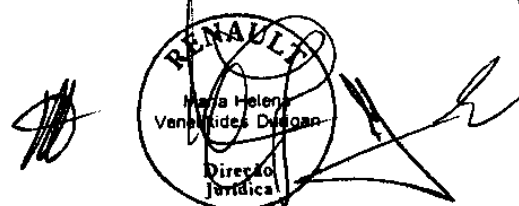
#### **6.1. Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Antecipada Facultativa**

6.1.1. Não será admitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja total ou parcial, ou a amortização antecipada facultativa das Debêntures.

#### **6.2. Oferta de Resgate Antecipado**

6.2.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado das Debêntures, total ou parcial, com o consequente cancelamento de tais Debêntures resgatadas, conforme o que for definido pela Emissora, que será endereçada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma (a “Oferta de Resgate Antecipado”):

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário (a “Comunicação”)



da Oferta de Resgate Antecipado”), ou via publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.13 acima (o “Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), os quais deverão descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (i) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item “d” a seguir; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (iv) forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- (b) após o recebimento da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado ou a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme aplicável, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado ou no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;
- (c) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado ou do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme aplicável;
- (d) caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado parcial ou no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, conforme aplicável, deverá ser realizado procedimento de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no Artigo 55, parágrafo 2º, alínea “i” da Lei das Sociedades por Ações; e
- (e) o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

6.2.1.1. Para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.



6.2.1.2. A CETIP deverá ser comunicada por meio de correspondência da Emissora com a anuência do Agente Fiduciário, da realização do resgate antecipado, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

### 6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e disposto no parágrafo 3º do Artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora conforme aqui estabelecido poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

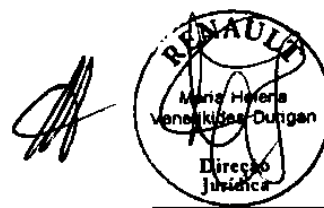
6.3.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.3.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

## CLÁUSULA VII – VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 a seguir, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer dos eventos descritos nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 a seguir (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”).

7.1.1. Em caso de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento estabelecidos a seguir, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, observado o disposto na Cláusula 7.2 desta Escritura, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário após sua ciência, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento e o vencimento antecipado das Debêntures:

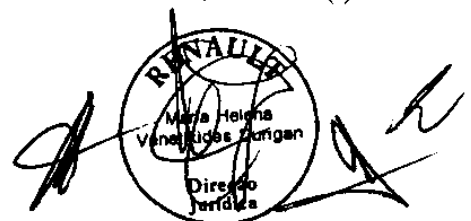
- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures, prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados do vencimento da respectiva obrigação; e/ou
- (b) decretação de falência da Emissora; dissolução, extinção e/ou liquidação da Emissora; pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou submissão a qualquer



credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

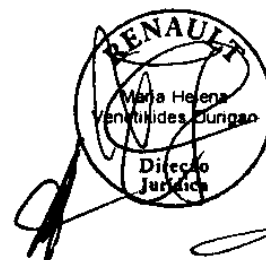
7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Cláusula, respeitados os prazos e procedimentos convencionados nas respectivas alíneas, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas visando deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.2.3 a seguir. A Assembleia Geral de Debenturistas aqui prevista poderá também ser convocada pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 a seguir:

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada com as Debêntures ou prevista nesta Escritura, e tal fato não for sanado no prazo de 30 (trinta) Dias, contados da notificação por escrito recebida pela Emissora enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que o prazo trazido pelo presente item não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (b) comprovação de que qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição é falsa, incorreta ou enganosa, em que a falsidade, incorreção ou o engano em questão não seja sanado no prazo de 30 (trinta) Dias da comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, sendo que o prazo trazido pelo presente item não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) venda, cessão ou qualquer forma de alienação da totalidade ou parte dos bens que integram o ativo não circulante da Emissora, cujo valor contábil, individual ou agregado, em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não, no exercício fiscal em questão, represente mais de 50% (cinquenta por cento) do ativo não circulante da Emissora, excetuadas as vendas, cessões ou alienações: (i) que tenham por finalidade financiar a aquisição e/ou fabricação de bens; (ii) que façam parte do curso ordinário dos negócios da Emissora; e (iii) de ativos substituídos por outros ativos equivalentes ou superiores quanto ao tipo, valor e quantidade;
- (d) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) ocorrência de qualquer alteração na composição do quadro de acionistas da Emissora, ou qualquer venda, cessão ou outra transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora em qualquer operação isolada ou qualquer série de operações que resultem em que a **RENAULT SAS** ou a **RENAULT SA** deixe de ser a detentora do controle acionário, direto ou indireto da Emissora, exceto: (i) se



referida alteração na composição do quadro de acionistas da Emissora for realizada dentro do mesmo grupo econômico; (ii) ou seja objeto de aprovação prévia por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado que os Debenturistas em questão não poderão negar sem motivo razoável, caso a referida alteração, venda, cessão ou outra transferência não afete negativa e materialmente a capacidade da Emissora de efetuar os pagamentos relativos às Debêntures previstos nesta Escritura. O disposto no presente item não se aplica às exceções de venda, cessão, transferência ou qualquer forma de alienação de ativos permitidas previstas na alínea "c" da Cláusula 7.1.2. desta Escritura;

- (f) qualquer Endividamento Relevante da Emissora, conforme definido na Cláusula 7.1.2.1 a seguir, se torne devido e exigível antecipadamente em decorrência de um evento de inadimplemento; e/ou caso a Emissora deixe de efetuar qualquer pagamento, relativo a um Endividamento Relevante da Emissora, em sua respectiva data de vencimento, observados os prazos de cura previstos nos instrumentos de referido Endividamento Relevante da Emissora; e/ou a garantia do referido Endividamento Relevante da Emissora se torne exigível, exceto se, em cada caso, a Emissora esteja contestando, de boa-fé, o Endividamento Relevante da Emissora em questão na jurisdição competente e/ou as garantias a ele relativas sejam exigíveis;
- (g) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura, sem prévia anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (h) decretação judicial de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura (e/ou de qualquer de suas disposições), exceto se a Emissora obtiver provimento jurisdicional para a reversão da decretação judicial de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva decisão;
- (i) realizar (a) resgate ou amortização de ações, (b) distribuição de dividendos, ou (c) pagamento de juros sobre o capital próprio a seus acionistas, caso, cumulativamente: (I) a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, observados os respectivos prazos de cura, conforme aplicável, e (II) não tenha sido declarado vencimento antecipado em decorrência de referida mora. A realização de quaisquer pagamentos pela Emissora no curso ordinário de seus negócios, que não sejam caracterizados como (a) resgate ou amortização de ações, (b) distribuição de dividendos, ou (c) pagamento de juros sobre o capital próprio não ensejarão a declaração de vencimento antecipado;



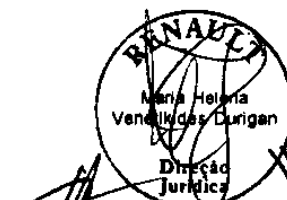
- (j) não cumprimento de qualquer decisão transitada em julgado, decisão arbitral definitiva ou decisão administrativa contra a qual não seja obtido efeito suspensivo dentro do prazo legal para que seja cumprido, contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas Controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); e/ou
- (k) alteração do objeto social da Emissora, sem o prévio consentimento de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado que os Debenturistas em questão não poderão negar sem motivo razoável, caso a referida alteração não afete negativamente materialmente a capacidade da Emissora de efetuar os pagamentos relativos às Debêntures previstos nesta Escritura.

7.1.2.1. Para os fins desta Escritura: (i) "Endividamento" significa qualquer dívida da Emissora representada por notas promissórias comerciais, debêntures ou outros valores mobiliários representativos de dívida, listados ou passíveis de listagem em qualquer bolsa de valores, mercado de balcão ou outro mercado de valores mobiliários; e (ii) "Endividamento Relevante da Emissora" significa o Endividamento, cujo valor de principal, individual ou agregado com o valor de principal de outros Endividamentos em relação aos quais tenham ocorridos os eventos descritos na alínea "f" da Cláusula 7.1.2, seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

7.1.2.2. O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 7.1.2 acima, caso a Emissora não esteja presente na Assembleia Geral de Debenturistas.

7.1.2.3. Se, em qualquer das Assembleias Gerais de Debenturistas referidas na Cláusula 7.1.2. acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures. O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na referida Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 7.2 a seguir.

7.2. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em qualquer caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos na Cláusula 7.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nas Cláusulas 7.1.2, 7.1.2.2 e 7.1.2.3 acima.



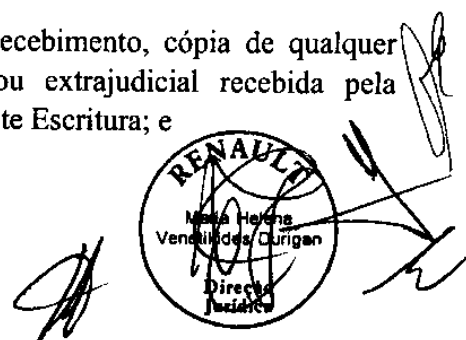
7.3. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Cláusula VII, todos os valores de referência em Reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IGBE (o "IPCA"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

#### CLÁUSULA VIII – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

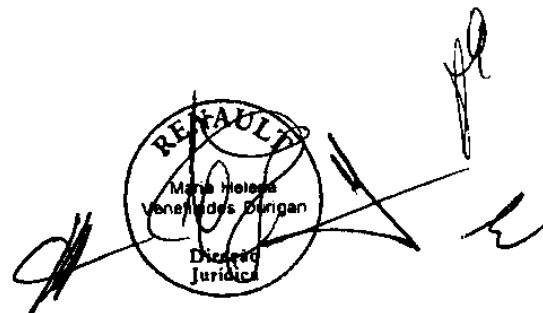
8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto as Debêntures não forem integralmente pagas, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (a.2) no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de solicitação do Agente Fiduciário, declaração do Diretor Financeiro atestando o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, na forma do modelo anexo à presente Escritura sob a forma de Anexo I;
- (a.3) enviar os atos societários e o organograma da Emissora, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário para a elaboração do relatório citado no inciso (l) da Cláusula 9.4.1 a seguir, desde que solicitadas no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto no inciso (m) da Cláusula 9.4.1 a seguir;
- (a.4) em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas e fatos relevantes e demais documentos relacionados à presente Emissão;
- (a.5) assim que disponível, cópia da AGE que aprovou a Emissão;
- (a.6) em até 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário;
- (a.7) em até 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura; e



- (a.8) na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento ou sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura.
- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
- (d) cumprir com todas as determinações emanadas da CETIP e CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (f) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) não praticar quaisquer atos em desacordo com o seu Estatuto Social e/ou com a presente Escritura, que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (h) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador, bem como o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);



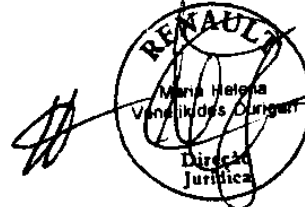
- (j) enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, o relatório anual elaborado pelo agente fiduciário;
- (k) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (l) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu Artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão;
- (m) elaborar, com colaboração dos Coordenadores, nos prazos adequados e dentro dos limites razoáveis conforme prática do mercado, todos os materiais e documentos necessários à realização da Emissão;
- (n) não veicular nenhuma informação perante o público até o encerramento da Oferta Restrita, referente a decisões estratégicas sobre a presente Emissão, sem prévia e expressa anuência dos Coordenadores, que não será negada sem motivo razoável;
- (o) cumprir, e fazer com que seus representantes cumpram, as normas de conduta previstas no Artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada; e
- (p) guardar, por 5 (cinco) anos contados da data do encerramento da Emissão, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, toda documentação a ela relativa.

8.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que referidas reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes não decorram de ato, fato ou omissão do Agente Fiduciário.

## CLÁUSULA IX – AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.



9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.1.3. O Agente Fiduciário declara que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.

## 9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

9.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar a comunhão dos titulares das Debêntures;
- (b) a remuneração prevista no item "a" acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir do pagamento da primeira parcela (ou da última data de pagamento da remuneração, conforme aplicável), até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;
- (d) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das debêntures, observado que as horas objeto de cobrança deverão ser devidamente comprovadas e justificadas. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;





- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, não sanada no prazo de 2 (dois) dias contados do vencimento do respectivo pagamento, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die;
- (f) as parcelas referidas acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (g) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com, no mínimo, 05 (cinco) Dias Úteis de antecedência à data de pagamento, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

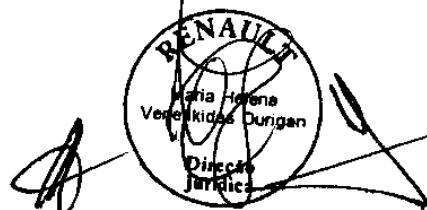
### 9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 9.3.2 acima.



9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (a "Instrução CVM 28"), e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCEPAR na forma da Cláusula V desta Escritura.

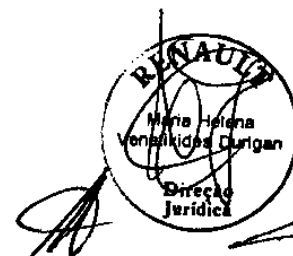
9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

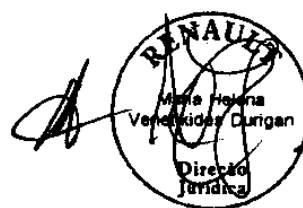
#### **9.4. Deveres do Agente Fiduciário**

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

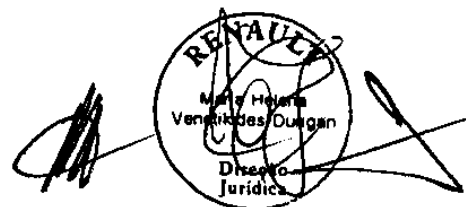
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Metrópole;
- (k) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do Artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (l.5) resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;



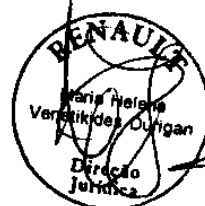
- (1.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
- (1.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (1.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (1.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - (1.10.1) denominação da companhia ofertante;
  - (1.10.2) valor da emissão;
  - (1.10.3) quantidade de debêntures emitidas;
  - (1.10.4) espécie;
  - (1.10.5) prazo de vencimento das debêntures;
  - (1.10.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - (1.10.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (m) colocar o relatório de que trata o item "l" desta Cláusula à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - (m.1) sede da Emissora;
  - (m.2) seu escritório;
  - (m.3) CVM;
  - (m.4) CETIP; e
  - (m.5) sede da instituição intermediária líder responsável pela distribuição pública das Debêntures.



- (n) publicar, às custas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual mencionado no item "l" acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, o Banco Liquidante e o Escriturador, bem como a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador, bem como a CETIP, a atender quaisquer solicitações razoavelmente feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado da data em que tomar ciência de tal fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes de mercado em sua central de atendimento e/ou página na rede mundial de computadores no site [www.fiduciario.com.br](http://www.fiduciario.com.br);
- (s) acompanhar o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- (u) divulgar as informações referidas no subitem "1.10" desta Cláusula 9.4.1 em sua página na rede mundial de computadores no site [www.fiduciario.com.br](http://www.fiduciario.com.br) tão logo delas tenha conhecimento.

## 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:



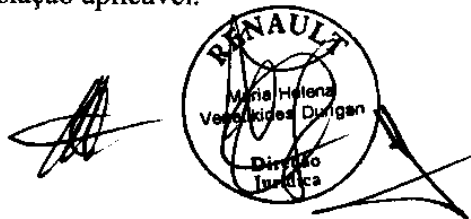
- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens "a" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral de Debenturistas correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto no item "d" acima.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos Artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado por Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.5.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



9.5.6. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do inciso V do Artigo 12 da Instrução CVM 28.

## 9.6. Despesas

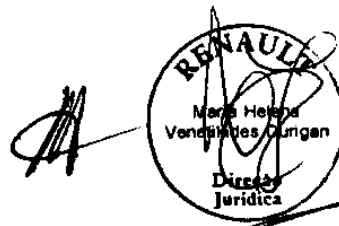
9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, para realizar seus créditos, seguindo os critérios de razoabilidade e padrões de mercado, sendo que tais despesas devem, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Emissora.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, observados os parâmetros usualmente praticados pelo mercado, deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão diretamente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura de sucumbência determinada por meio de decisão judicial, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário.

9.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6, desde que razoáveis, devidamente comprovadas e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, compreenderão, inclusive, mas não se limitando, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;



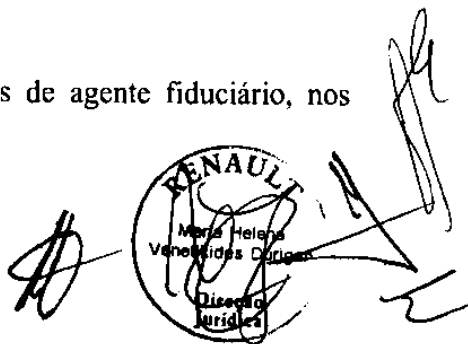
- (c) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos do parágrafo 5º do Artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se referidas despesas foram realizadas em decorrência de uma omissão ou de um inadimplemento do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas.

#### **9.7. Declarações do Agente Fiduciário**

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do Artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o Artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do BACEN;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;





- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (l) que o(s) representante(s) legal(is) que assina(m) esta Escritura tem(em) poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e
- (m) que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

#### CLÁUSULA X – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (as “Assembleias Gerais de Debenturistas”) aplicar-se-á ao disposto no Artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

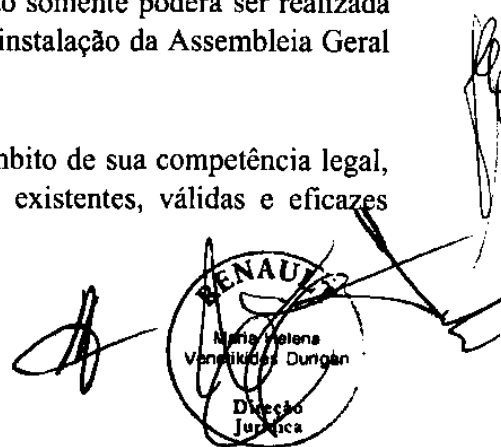
##### 10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes



perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares da totalidade de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

## 10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria simples, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; (c) sociedades sob controle comum; e (d) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.

## 10.3. Mesa Diretora

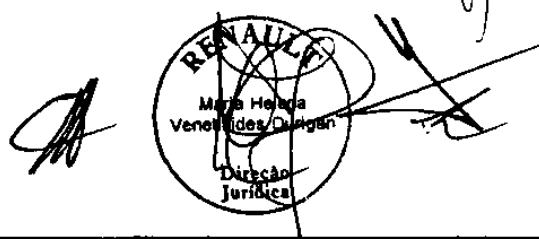
10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral de Debenturistas caberá a pessoa eleita pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

## 10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 66,6% (sessenta e seis inteiro e seis décimos por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados na Cláusula 10.4.1 acima:

- (a) os *quora* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura;
- (b) as alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto nas Cláusulas 4.2 e 4.3 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto



nesta Escritura; e/ou; (iii) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste item "b" ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures;

- (c) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; e
- (d) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### 10.5. Alterações nesta Cláusula X

10.5.1. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nas Cláusulas 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e 10.6 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação em qualquer outra subsequente, por Debenturistas, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### 10.6. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

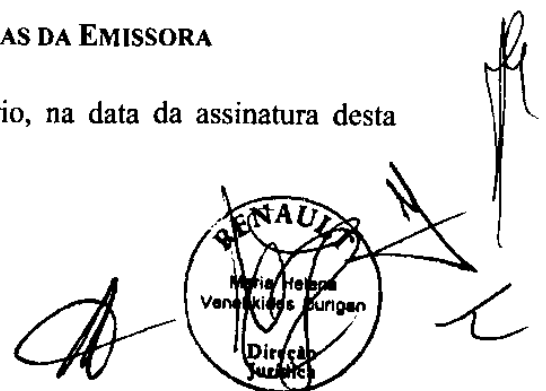
10.6.1. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.6.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.6.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

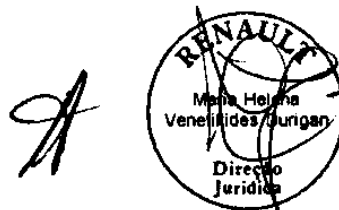
### CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "BENAU" at the top, "Maria Helena Venâncio Durigan" in the center, and "Direção Jurídica" at the bottom.

- (a) é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (d) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora nos termos do Artigo 10 da Instrução CVM 476 constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração desta Escritura, a Emissão e distribuição pública das Debêntures e o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora, nem irão resultar em:
  - (e.1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos;
  - (e.2) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou
  - (e.3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo disposto a seguir: (a) arquivamento desta Escritura na JUCEPAR; e (b) registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21;
- (g) em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais



a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;

- (h) suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos;
- (i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que impacte de maneira adversa relevante a capacidade da Emissora efetuar os pagamentos previstos nesta Escritura;
- (j) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (k) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito; e
- (l) as informações e declarações prestadas são verdadeiras, corretas, completas e suficientes para a tomada de decisão do investidor.

**11.2.** A Emissora compromete-se a, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se inverídicas, imprecisas, incompletas ou incorretas.

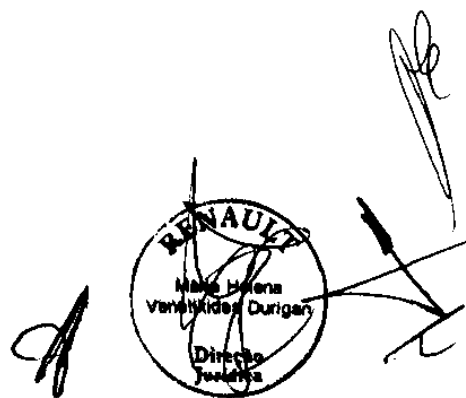
## **CLÁUSULA XII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **12.1. Comunicações**

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

RENAULT DO BRASIL S.A.  
Avenida Renault, nº 1.300, Borda do Campo  
CEP 83070-900 – São José dos Pinhais – PR  
At.: Mauricio Marchesini Pacheco de Carvalho



Tel.: (41) 3380-5471

Fax: (41) 3380-1042

E-mail: [mauricio.carvalho@renault.com](mailto:mauricio.carvalho@renault.com)

**Para o Agente Fiduciário:**

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP 04538-132 – São Paulo – SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues / Tatiana Lima

Tel.: (11) 2172-2628 / (11) 2172-2613

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: [vrodriques@planner.com.br](mailto:vrodriques@planner.com.br) / [tlima@planner.com.br](mailto:tlima@planner.com.br) / [fiduciario@planner.com.br](mailto:fiduciario@planner.com.br)

**Para o Banco Liquidante e Escriturador:**

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº,

06029-900 – Osasco – SP

At.: Srs. João Batista de Souza / Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

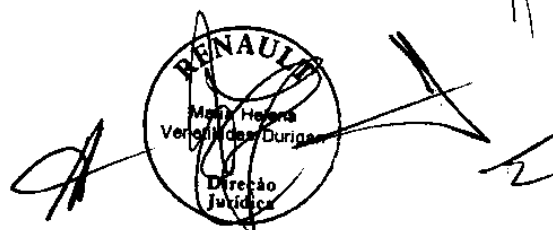
Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br) / [4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br) / [4010.tomo@bradesco.com.br](mailto:4010.tomo@bradesco.com.br)

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

**12.2. Renúncia**

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



### 12.3. Lei Aplicável

12.3.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### 12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do Artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o "Código de Processo Civil") e, quando aplicável, no inciso III do artigo 784, inciso III da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 (o "Novo Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos Artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil e, quando aplicável, de acordo com os artigos 815 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

### 12.5. Irrevogabilidade e Sucessores

12.5.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

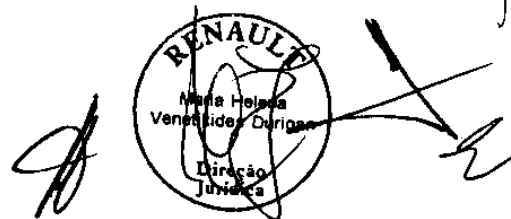
### 12.6. Independência das Disposições desta Escritura

12.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### 12.7. Despesas

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos relacionados a seguir, desde que os mesmos sejam razoáveis, devidamente comprovados e, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora:

- (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM e na CETIP;
- (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao arquivamento desta Escritura e de seus aditamentos na JUCEPAR;
- (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como os atos societários da Emissora;



- (d) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

## **12.8. Substituição de Prestadores de Serviços**

12.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador, bem como a indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à referida Assembleia Geral de Debenturistas.

12.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados na Cláusula 12.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

## **12.9. Cômputo dos Prazos**

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no Artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

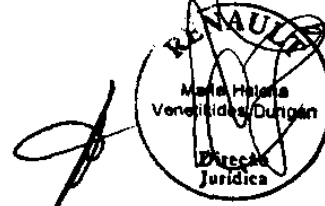
## **12.10. Foro**

12.10.1. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São José dos Pinhais, 07 de março de 2016.

*[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]*





[Página de assinaturas 1/3 da Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renault do Brasil S.A.]

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

RENAULT DO BRASIL S.A.

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

Nome:   
Cargo: JORGE LUIS LEVERONE  
DIRETOR FINANCEIRO  
Renault do Brasil S/A

Nome:   
Cargo: Alain Tissier  
Renault do Brasil




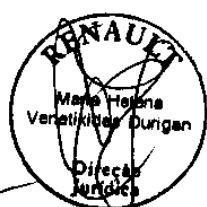


1º Tabelião  
DALTON B. CORDEIRO 1º Tabelião  
Rua Izabel A. Redentora, 2230  
São José dos Pinhais-PR, Fone  
3299-2800

Reconheço a(s) firma(s) de:  
[SY0Hvhe1]-JORGE LUIS LEVERONE.....  
[SY0hc9m1]-ALAIN DANIEL TISSIER.....  
por SEMELHANÇA; face a ostensão do  
signatário em comparecer na Serventia.  
(CN. 11.6.3.4).

Em testemunho da verdade.  
S.J.Pinhais, 14 de Março de 2016

068-CLAUDIR CAVALHEIRO  
ESCREVENTE  
CC

Selo n. 4jGvc . 98eb0 . g9T03 - e5WZ1 .  
wivB  
Valide esse selo em  
<http://funarpen.com.br>

[Página de assinaturas 2/3 da Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renault do Brasil S.A.]

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Eder Lima Leal  
Cargo: Procurador

Nome: Ana Eugénia J.S. Queiroz  
Cargo: Procuradora

13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança C/V Económico a(s) firma(s) de  
EDER LIMA LEAL (502973) ANA EUGÉNIA DE JESUS SOUZA QUEIROZ  
(502970).

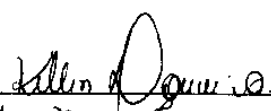
São Paulo, 14 de Março de 2016. Em Teste da verdade,  
WANDERLEY BASIOTTI - ESCRIVENTE  
PATYARA JACKELINE DIAS BATISTA - AUXILIAR  
Válido somente com o Selo de Autenticidade

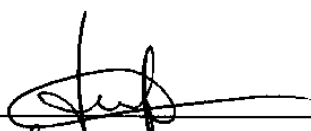
Nº 0063/140518  
Valor: R\$ 400.000,00

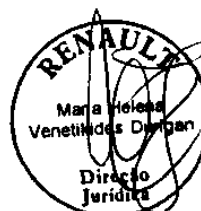
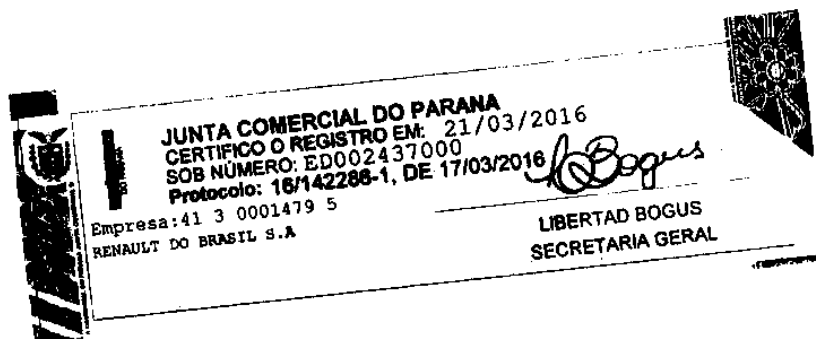


[Página de assinaturas 3/3 da Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renault do Brasil S.A.]

**Testemunhas:**

  
Nome: Kellen Moreira  
RG: 10.351.911.1  
CPF: 03.540.919.35

  
Nome: Joao da Silva Rodrigues  
RG: 9677626-8  
CPF: 060303389-2



**ANEXO I À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENAULT DO BRASIL S.A.**

**Modelo de declaração do Diretor Financeiro  
atestando o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura**

**DECLARAÇÃO**

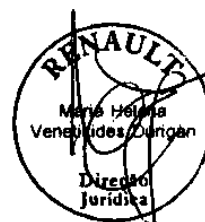
RENAULT DO BRASIL S.A., sociedade sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), com sede no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Avenida Renault, nº 1.300, CEP 83070-900, Bairro Borda do Campo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o “CNPJ/MF”) sob o nº 00.913.443/0001-73 e na Junta Comercial do Estado do Paraná (a “JUCEPAR”) sob o NIRE nº 41300014795 (a “Companhia” ou a “Emissora”), vem, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, declarar e garantir, em caráter irrevogável e irretratável, nesta data, no âmbito da 1ª (primeira) emissão de 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, todas com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (as “Debêntures” e a “Emissão”), perfazendo o total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 18 de março de 2016 (a “Oferta Restrita”), que a Emissora encontra-se adimplente em todas as obrigações por ela assumidas no âmbito da “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renault do Brasil S.A.” celebrada em 07 de março de 2016 entre a Emissora e a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como agente fiduciário, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures.

São José dos Pinhais, [•] de [•] de 20[•].

**RENAULT DO BRASIL S.A.**

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:



Livro: 4.734 - Páginas 281/282

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

SAIBAM, quantos este público instrumento de Procuração virem, que aos 26 (vinte e seis) dias do mês Novembro, do ano dois mil e quinze (2015), nesta cidade de São Paulo, na sede da Outorgante, onde eu escrevente a chamado vim, compareceu como outorgante: **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900 - 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, com seu Contrato Social Consolidado, datado de 30/04/2015, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 468.034/15-8, em 15/10/2015, da qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 1770/15; neste ato de acordo com as cláusulas 6ª e 7ª de seu contrato social, representada por seus Diretores: Sra. **VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.073.325-0 SSP/SP e CPF nº 273.105.798-01 e Sr. **ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.838.951 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 073.813.338-80, residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório no endereço da Outorgante, designados através de seu contrato social acima mencionado, declarando mais os representantes da Outorgante, não existir qualquer alteração contratual, posterior ao contrato social acima mencionado. Os presentes, reconhecidos como os próprios pela identificação de seus documentos, a mim ora exibidos, do que dou fé, então por ela outorgante, na forma como vem representada, me foi dito que, por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **ALINE PAPILE GUNTO**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 299.243, portadora da Cédula de Identidade RG nº 33.532.253-0 SSP/SP, e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF nº 222.794.868-06, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua França Pinto, 789, vila Mariana, CEP 04016-083; **ANA EUGÊNIA DE JESUS SOUZA QUEIROGA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 314.759, portadora da cédula de identidade RG nº 15.46.18.02.000-3 - SSP/MA e inscrita no CPF/MF sob nº 009.635.843-24, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Salvador Pedroso, 255, apto 128, Sacomã; **BRUNA KINUKAWA BONI**, brasileira, solteira, Auxiliar de Cálculo, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.380.762-7 SSP/SP, e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF nº 412.163.518-30, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Martim Afonso, 137, apartamento 102, bairro Belém, CEP: 03057-050; **CESÁRIO BATISTA PASSOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP 346.649, portador da cédula de identidade RG 43.633.910-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 331.055.908-46, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Bento Alves do Nascimento, nº 110, casa 02, Freguesia do Ó; **EDER LIMA LEAL**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SP 357.948, portador da cédula de identidade RG nº 44.937.712-X e inscrito no CPF/MF sob nº 363.991808-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cauré, nº 53, CEP 02310-140, bairro Vila Mazzei; **ESTEVAM BORALI**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SP 324.123, portador da cédula de identidade RG nº 44.071.566-0 e inscrito no CPF/MF sob nº 370.995.918-78, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Leão Peruche, nº 386, CEP 02309-130, bairro Vila Mazzei; **FLÁVIO DANIEL AGUETONI**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP 248.862, portador da RG nº

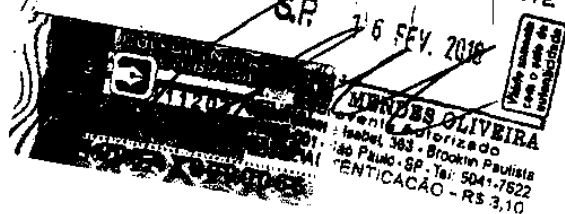


10982602351735.000493349-6

P:07082 R:013349

RUA PRINCESA ISABEL 383 BROOKLIN  
SÃO PAULO SP CEP 04601-001  
FONE/FAX: 11-50417822

13º Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
ESTA CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO,  
CONFERE COM O ORIGINAL, DOU FE.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

33.178.639-4 e do CRE/MF sob o nº 286.491.528-64, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maestro Tom Jobim, nº 81, 3º Andar, Bloco C, apto. 13, Tatuapé; **RODRIGO MOREIRA VIANA**, brasileiro, solteiro, Analista, portador da cédula de identidade RG nº 33.566.630-9 e inscrito no CPF/MF sob nº 230.723.538-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luiz Nunes, nº 12, Bairro Jardim Tremembé, CEP 02353-100, bairro Vila Mazzei; **TATIANA DE OLIVEIRA LIMA**, brasileira, solteira, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 32.493.835-4, inscrita no CPF/MF sob nº 120.713.208-08, residente nesta capital na Av. Eliseu de Almeida, 2.046, ap. 42 C, Butantã, CEP 05533-000; e **ZÉLIA PEREIRA DE SOUZA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº. 228.946, portadora da cédula de identidade RG nº 28.641.925-7 - SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 272.796.978-36, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Gil Ribeiro, 302, Vila Guilhermina; aos quais conferem amplos e gerais poderes para **AGIREM EM CONJUNTO ENTRE DOIS PROCURADORES E/OU UM DELES COM UM DOS DIRETORES DA OUTORGANTE**, no exercício de suas funções de Agente Fiduciário, Agente Fiscalizador, Agente de Notas, Agente Monitorador, ou, ainda qualquer outra denominação contratualmente lhe atribuída no que tange a: 1) representar a Outorgante perante as instituições públicas ou privadas dos mercados financeiros e de capitais, incluindo mas não se limitando a BM&FBOVESPA S.A., Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, CETIP S.A. - Mercados Organizados; 2) representar a outorgante, incluindo mas não se limitando a Cartórios de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas, Registros de Imóveis e/ou Juntas Comerciais; 3) assinar todos e quaisquer documentos, mas não se limitando a Escrituras de Emissão de Títulos, Termos de Securitização, Constituição de Garantias Reais, inclusive Escrituras de Hipoteca e Alienações Fiduciárias; Títulos de Crédito; Liberação de Garantias, inclusive reais; Contratos Públicos e Particulares; Distratos; Instrumentos contratuais de financiamento imobiliário; Termos de baixa de Hipoteca e Alienações Fiduciárias; 4) Enfim, praticar e assinar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. **O PRESENTE TEM O PRAZO DE 01 (UM) ANO, A CONTAR DESTA DATA.** De como assim o disse dou fé pediu e lhe lavrei o presente instrumento, que feito e lhe sendo lido em voz alta, pausada e clara, foi achado conforme, outorga aceita e assina. Ao Tabelião: R\$ 108,08, Estado: R\$ 30,72, Iesp: R\$ 15,84, ISS: R\$ 2,16, M.P: R\$ 5,19, R.Civil: R\$ 5,69, Tribunal: R\$ 7,42, Sta. Casa: R\$ 1,08, Total: R\$ 176,18- Eu, **JOSÉ ROBERTO PAULO**, escrevente, a escrevi. EU, **ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI**, Substituta a subscrevo. (aa) **VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO / ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO / ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI** (Os emolumentos devidos pela presente, serão pagos por verba estadual, dentro do prazo legal). **NADA MAIS**, dou fé. Traslada em seguida. Eu, ..... a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testemunho ..... da verdade.

13º Tabelião de Notas  
da Capital - SP  
ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI  
SUBSTITUTA DO TABELIÃO  
Rua Princesa Isabel, 363 - São Paulo - SP

13º Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
ESTA CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO,  
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FÉ.

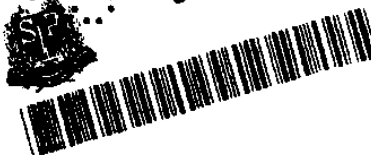
S.P.

16 FEV. 2018

MICHEL MENDES OLIVEIRA  
Escrevente Autorizado  
Rua Princesa Isabel, 363 - São Paulo - SP  
051.752

JUCESP  
15 10 15

JUCESP PROTOCOLO  
0.988.684/15-9



### 30ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Por este instrumento particular,

**CARLOS ARNALDO BORGES DE SOUZA,**

brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Professor Artur Ramos, nº 350 - apto. 1201 - Bloco D - Jardim Paulistano - CEP 01454-902, portador da C.I. RG. nº 13.931.434-9-SSP-SP e CPF nº 006.031.278-51; e

**PLANNER HOLDING FINANCEIRA S.A.,**

sociedade com sede em São Paulo-SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob nº 08.088.455/0001-12 e no Registro do Comércio sob NIRE 35300331648, representada por seus diretores Srs. **Carlos Arnaldo Borges de Souza**, acima qualificado e **Artur Martins de Figueiredo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Santa Gertrudes, nº 113 - aptº 11 - Chácara Santo Antônio - CEP 03408-020, portador da C.I. RG. nº 15.838-951-SSP-SP e CPF nº 073.813.338-80;

únicos sócios da "**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**", com sede em São Paulo-SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob nº 67.030.395/0001-46 e no Registro do Comércio sob NIRE 35210504411;

têm, entre si, por justo e acertado, a alteração de seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1  
passar o endereço dos seguintes diretores:

**VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO**

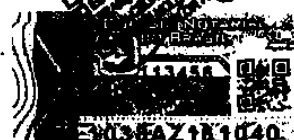
Rua Cel. Gustavo Santiago, nº 100 - apto. 172 - Vila Zilda - CEP 03069-030 - São Paulo-SP

**MARCUS EDUARDO DE ROSA,**

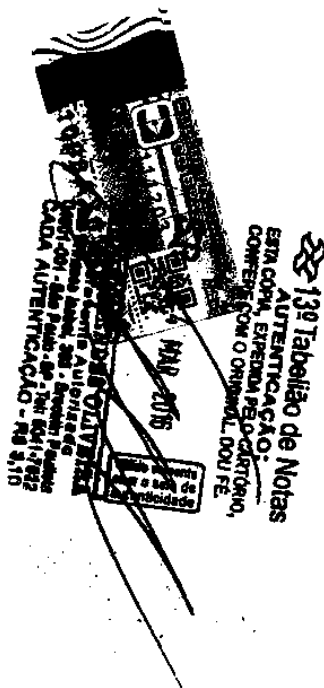
Rua Américo Vespucci, nº 889 - Vila Prudente - CEP 03135-010 - São Paulo-SP.

*(Assinatura)*  
Carlos

*(Assinatura)*  
Artur

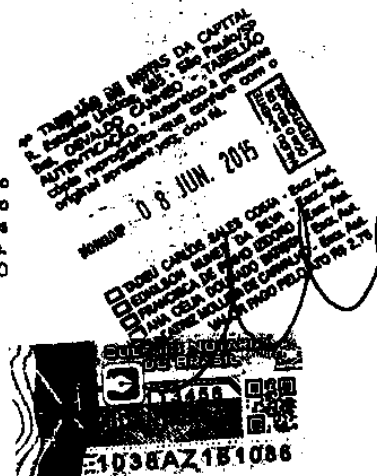


933000  
21 01 21



ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida a parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo II.

Eliane de Cruz Yoshida  
ANALISTA





2



III

**CLAUDIA SIOLA CIANFARANI**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, securitária, residente e domiciliada em São Bernardo do Campo-SP, na Av. Senador Vergueiro, nº 1590 - apto. 9 - Jardim Três Marias - CEP

Artur

[illegible]

DUCEAF  
15 10 15

3

09750-001, portadora da C.I. RG. nº 19.494.001-9-SSP-SP e CPF nº 119.745.868-98; e

**EDUARDO MONTALBAN**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas e economista, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Ernesto de Oliveira, nº 40 - apto. 72 - Jardim Vila Mariana - CEP 04116-170, portador da C.I. RG. nº 8.482.168-1-SSP-SP e do CPF nº 090.299.888-94.

#### IV

Os atuais diretores Srs. **CARLOS ARNALDO BORGES DE SOUZA**, **CLÁUDIO HENRIQUE SANGAR**, **MARCUS EDUARDO DE ROSA**, **ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO**, **VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO** e **CLAUDIA SIOLA CIANFARANI**, permanecerão no exercício de seus cargos, até a posse dos ora nomeados.

#### V

O Sr. **EDUARDO MONTALBAN** será designado diretor responsável pela administração de carteira de valores mobiliários de terceiros, de acordo com o que dispõe o parágrafo 9º do artigo 7º da Instrução CVM nº 306/99 alterada pela Instrução CVM nº 364/02.

#### VI

Promover o aperfeiçoamento da redação da Cláusula Décima-Quarta do Contrato Social, para estabelecer que a sociedade (e não apenas "os casos omissos") será regida subsidiariamente pela lei das sociedades anônimas (Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976), nos termos do art. 1.053, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

#### VII

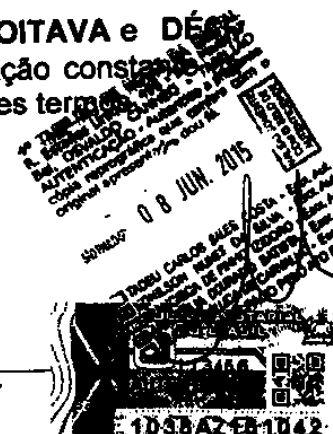
Vista do acima deliberado, alterar as cláusulas **SEXTA**, **OITAVA** e **DÉCIMA-QUARTA**, que passam a vigorar de acordo com a redação constante na consolidação objeto deste instrumento, aprovada nos seguintes termos:



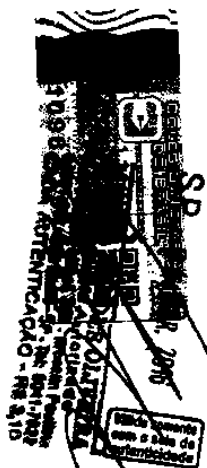
ESTÁ COPIA  
AUTENTICADA  
COM O ORIGINAL  
DE NOTAS  
DE 138  
de 138

*Artur*

*Artur*



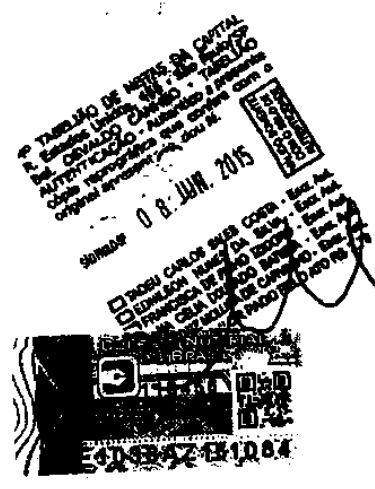
923000  
21 01 21



13º Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida a parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo II.

*Eliana da Cruz Yoshida*  
ANALISTA



DOCE SP  
15 10 15

4



## CONTRATO SOCIAL

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade terá duração por prazo indeterminado e girará com a denominação social de "PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA", com sede e foro na cidade de São Paulo-SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - CEP 04538-132.

### CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem por objeto social:

- a - subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- b - intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- c - comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- d - encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- e - incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, do desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- f - exercer funções de agente fiduciário;
- g - instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- h - constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- i - praticar operações no mercado de câmbio;
- j - praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- k - realizar operações compromissadas;
- l - praticar operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos moldes da regulamentação baixada pelo Banco Central;
- m - operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários;



130 Tabelião de Notas  
SUA COPIA, ESPERA PELO CARTÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL - DOUTOR

Carlos



9230UC

21 01 21

139 Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
SEM COM. EXPEDIENTE CARTÓRIA  
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.  
4 JUN 2015  
CORREIO DE NOTAS  
CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,10

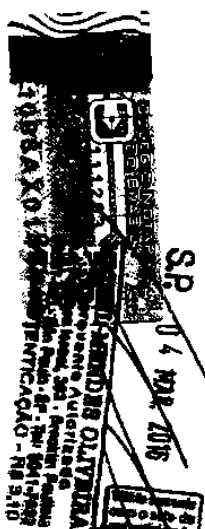
ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo B.

Elisane da Cruz Yoshida  
ANALISTA

139 Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
SEM COM. EXPEDIENTE CARTÓRIA  
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.  
4 JUN 2015  
CORREIO DE NOTAS  
CADA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,10



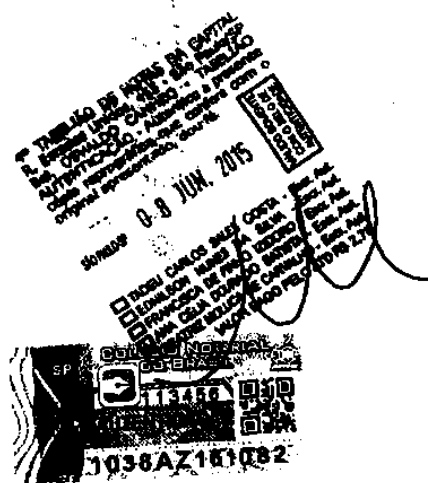
923000  
21 01 21



139 Tabela de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
ESTA COM, SEDE DO PSICÓLOGO,  
COMBINE COM O ORIGINAL DOU FE

ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo II.

*Eliana da Cruz Yoshida*  
ANALISTA







PRODUC

31 01 81

EXCERPT  
139 Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
ESTÁ COM A EXEMPLO NÃO-EXCERPTO,  
COMPREendendo O ORIGINAL DO FE.

S.P. 04 MAR 2015

EXCERPT

ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo B.

Elisane da Cruz Yoshida  
ANALISTA

EXCERPT  
139 Tabelião de Notas de Capital  
AUTENTICAÇÃO:  
ESTÁ COM A EXEMPLO NÃO-EXCERPTO,  
COMPREendendo O ORIGINAL DO FE.

08 JUN 2015

EXCERPT

EXCERPT

DOCE SP  
15 10 15

7

**Parágrafo Segundo** - O diretor **EDUARDO MONTALBAN**, já qualificado, será o responsável pelo exercício da atividade da sociedade como administradora de carteira de valores mobiliários de terceiros, de acordo com o que dispõe o parágrafo 9º do artigo 7º da Instrução CVM nº 306/99 alterada pela Instrução CVM nº 364/02.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Compete ao(s) diretor(es), cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais, tendo os poderes que a lei lhe(s) outorga para assegurar o funcionamento regular da sociedade, ficando, outrossim, investido(s) de mais os seguintes:

- a - ter sob sua guarda e responsabilidade, todos os títulos e valores mobiliários da Sociedade, ou a ela confiados;
- b - transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dívidas e firmar compromissos;
- c - alienar, adquirir, onerar bens e conferir direitos, desde que aprovado em reunião de sócios; e
- d - constituir mandatários ou procuradores, especificando no instrumento de procuração, a vigência, os atos e operações que poderão praticar.

**Parágrafo Único** - É vedado a qualquer sócio, diretor ou não, o uso da denominação social para conceder aval ou fiança.

#### CLÁUSULA OITAVA

O mandato dos diretores é de 4 (quatro) anos, sendo permitida a reeleição, dando-se a investidura no cargo através de assinatura do termo de posse, após homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, dispensados de caução.

**Parágrafo Único** - O mandato dos diretores, estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

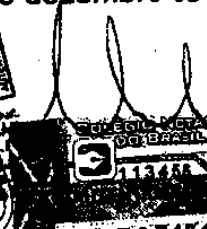
#### CLÁUSULA NONA

O(s) diretor(es) receberá(ão) a remuneração mensal que for estabelecida de comum acordo entre eles, debitadas as quantias à Sociedade.

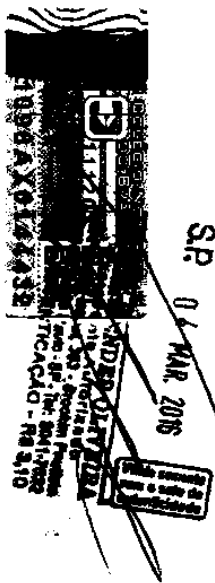
#### CLÁUSULA DÉCIMA

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano e semestralmente a 30 de junho e 31 de dezembro serão levantados balanços gerais.

  
Carlos

  
08 JUN. 2015  
DOCE SP  
15 10 15  
113456  
1035AZ1E1046

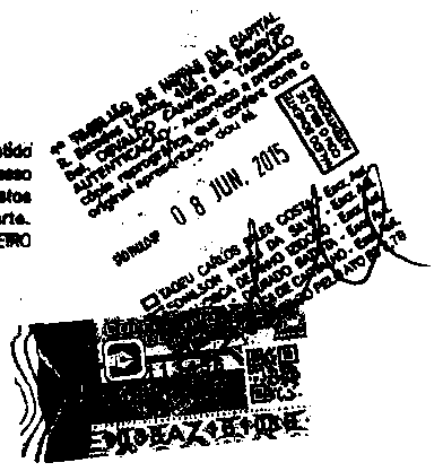
PRODUC  
31 01 81



139 Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
ESTA Cópia, expedida pelo Cartório,  
CONFERE COM O ORIGINAL, DO R.F.

ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo 8.

Eliana da Cruz Yoshida  
ANALISTA



00085P  
15 10 15

8

**Parágrafo Único** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre a aprovação das contas da administração, através de reunião de sócios.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA**

Os lucros ou prejuízos poderão ser distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social, ou através de acordo firmado entre os mesmos, distintamente da participação no quadro societário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA**

As quotas do capital são indivisíveis e sua transferência a terceiros somente poderá ser efetuada mediante autorização expressa do outro sócio, o qual em igualdade de condições, terá direito de preferência para a aquisição de parte das quotas oferecidas à venda.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA**

A Sociedade será dissolvida por interdição, concurso de credores e/ou falência, insolvência de qualquer dos sócios, ou, por morte do sócio pessoa física, caso seus sucessores legalmente capazes não queiram ou estejam impedidos de ingressar na Sociedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA**


A sociedade será regida subsidiariamente pela lei das sociedades anônimas (Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976), nos termos do art. 1.053, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), ficando eleito o foro desta cidade, preterindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA**

O presente obriga não só os contratantes, como também seus herdeiros e sucessores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA**

**DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO** - Os sócios e diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra a ordem econômica nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

  
Carlos

08 JUN. 2015

☒ TROIEU CARLOS SALES COSTA - Esc. Aut.  
☒ EDNILSON HUMES DA SILVA - Esc. Aut.  
☒ FRANCISCA DE PINHO BORGES - Esc. Aut.  
☒ LANA CELIA DOUGLAS BORGES - Esc. Aut.  
☒ BEATRIZ HOLICA DE CARVALHO - Esc. Aut.  
VALOR PROTO PELO JUDICIAL

  
00085P  
15 10 15

923000  
21 01 21

139 Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
ESTÁ COM A SÉRIE EM PELO CARTÃO,  
CONFERIR COMO ORIGINAL DOU FE.

SP 04 MAR 2016

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo II

1038AZ151079

ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo II.

Eliana da Cruz Yoshida  
ANALISTA

139 Tabelião de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
ESTÁ COM A SÉRIE EM PELO CARTÃO,  
CONFERIR COMO ORIGINAL DOU FE.

SP 08 JUN 2016

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo II

1038AZ151079



9230UC  
21 01 21

ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida a parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo E.

*Eliana de Cruz Yoshida*  
ANALISTA

4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
E. Banco União 135 - São Paulo  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presença  
daquele representado que compare com o  
original apresentado, dou fé.

08 JUL. 2015

ROSE CARLOS SALES COELHO - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14  
Eduarda - Esc. 14

30964X0144003  
SP. 04 MAR 2015  
13º Tabelão de Notas  
AUTENTICAÇÃO:  
CONFERE COM ORIGINAL DOU FE.  
MENDES OLIVEIRA  
Assente Autenticado  
São Paulo - SP - 141.00417/2022  
TENTICAÇÃO - RS 3.10

30964X0144003



# BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 8073 /2015-BCB/Deorf/GTSP2  
Pt 1501607083

São Paulo, 21 de maio de 2015.

À

Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 - 10º Andar - Cond. Edifício Pedro Mariz- B31 - Itaim Bibi  
04538-132 São Paulo (SP)

A/C dos Senhores

Artur Martins de Figueiredo - Diretor

Carlos Arnaldo Borges de Souza - Diretor

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Alteração Contratual de 30 de abril de 2015:

- a) Nomeação da Administração, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem nomeados em Reunião Anual de Sócios a se realizar até abril de 2019, nos termos do artigo 1.078 da Lei nº 10.406, de 2002:

CPF	Nome	Cargo
073.813.338-80	Artur Martins de Figueiredo	Diretor
119.745.868-98	Claudia Siola Cianfarani	Diretor
030.084.068-31	Cláudio Henrique Sangar	Diretor
090.299.888-94	Eduardo Montalban	Diretor
030.084.058-60	Marcus Eduardo de Rosa	Diretor
273.105.798-01	Viviane Aparecida Rodrigues Afonso	Diretor

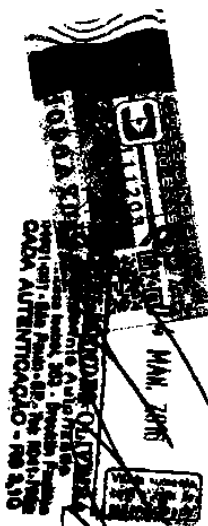
- b) Alteração Contratual.

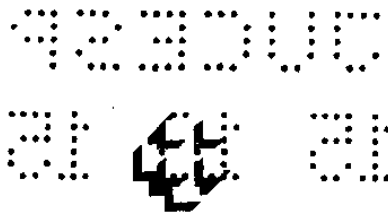
2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no parágrafo 4.14.70 ([www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL](http://www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL)).

Departamento de Organização do Sistema  
Gerência Técnica em São Paulo  
Av. Paulista, 1.804 - 5º andar - Cerqueira César  
Telefones: (11) 3491-6943, (11) 3491-6853 e (11) 3491-6102  
E-mail: [gtsp2.deorf@bcb.gov.br](mailto:gtsp2.deorf@bcb.gov.br)



DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA  
GERÊNCIA TÉCNICA EM SÃO PAULO  
DIRETOR CARLOS SALES COSTA - ENCL. 01  
DIRETORA LUCIANA DA SILVA - ENCL. 02  
DIRETORA DE PRÉ-PROCESSAMENTO - ENCL. 03  
DIRETORA GILDA OLIVEIRA BARBOSA - ENCL. 04  
DIRETORA MELISSA CARVALHO - ENCL. 05  
VALOR PAGO PELA PÁG. 2.78






## BANCO CENTRAL DO BRASIL

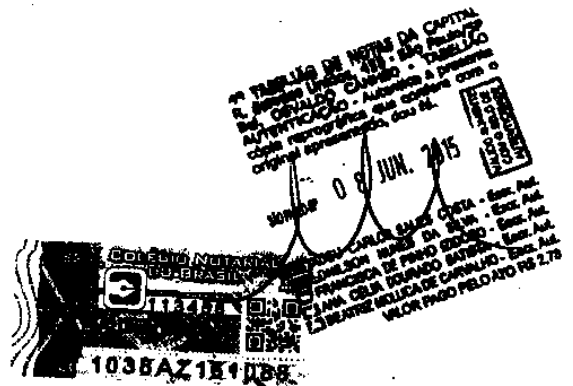
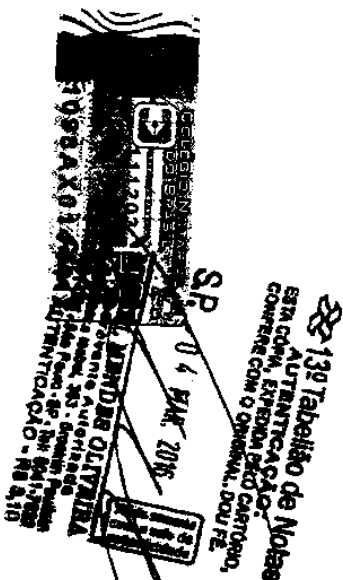
3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,

  
Young Man To  
Gerente-Técnico

  
Marta Regina Cardoso  
Coordenadora

Anexo: 1 documento; 9 páginas.

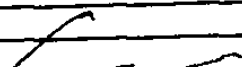


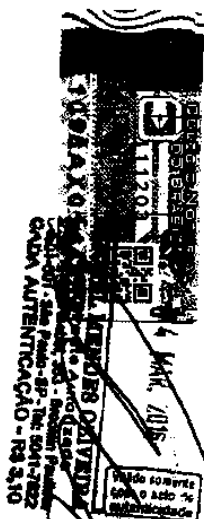
Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)  
Gerência Técnica em São Paulo II (GTSP2)  
Av. Paulista, 1.804 - 5º andar - Cerqueira César - 01310-922 - São Paulo (SP)  
Telefones: (11) 3491-6943; (11) 3491-6853 e (11) 3491-6102 - Telefax: (11) 3491-6383  
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior •  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

NOME <b>MARCUS EDUARDO DE ROSA</b>						
NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>	ESTADO CIVIL <b>Casado(a)</b>	CPF <b>030.084.058-60</b>	RG/RNE <b>9948759</b>	DIGITO <b>7</b>	DATA DE EXPEDIÇÃO <b>21/04/2010</b>	ORGAO EXPEDIDOR <b>SSP</b>
UF <b>SP</b>						
Rua Américo Vespucci						NÚMERO <b>889</b>
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO <b>Vila Prudente</b>					CEP <b>03135-010</b>
MUNICÍPIO <b>São Paulq</b>	UF <b>SP</b>					
<p>Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.</p>						
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL						
LOCALIDADE <b>São Paulo - SP</b>	DATA <b>10/04/2015</b>					
NOME <b>MARCUS EDUARDO DE ROSA (Administrador)</b>	ASSINATURA					

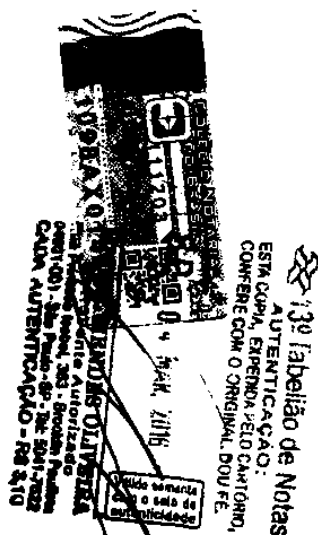


**13º Tabelião de Notas**  
**AUTENTICAÇÃO:**  
ESTA Cópia, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO,  
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ,



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior •  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

NOME						
ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO						
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	CPF	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR UF
Brasileira	Casado(a)	073.813.338-80	15838951		08/12/2009	SSP SP
Rua Santa Gertrudes						NÚMERO
						113
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
APTO. 11		Chácara Santo Antônio (Zona Leste)				03408-020
MUNICÍPIO						UF
São Paulo						SP
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade a nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.						
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO(SÓCIO(S)/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL						
LOCALIDADE	São Paulo - SP			DATA	30/09/2013	
NOME	ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO (Administrador)			ASSINATURA		

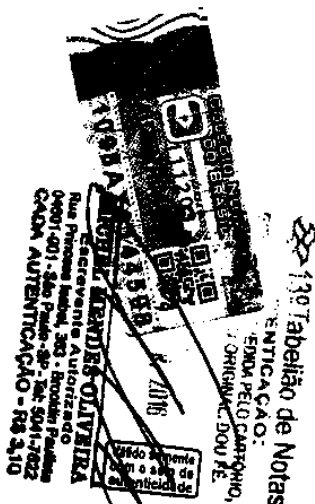




# JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

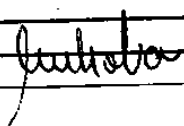
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

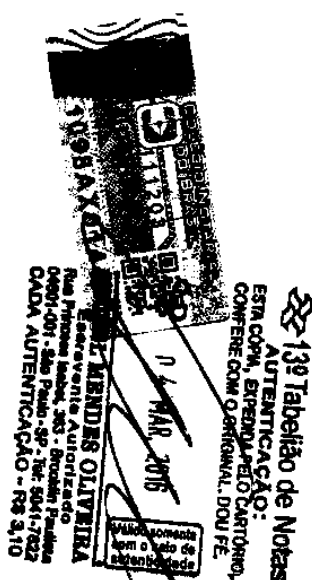
NOME <b>VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO</b>							
NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>	ESTADO CIVIL <b>Casado(a)</b>	CPF <b>273.105.798-01</b>	RG/RNE <b>25073325</b>	DIGITO <b>0</b>	DATA DE EXPEDIÇÃO <b>19/05/2012</b>	ÓRGÃO EXPEDIDOR <b>SSP</b>	UF <b>SP</b>
Rua Cofonel Gustavo Santiago						NÚMERO <b>100</b>	
COMPLEMENTO <b>APTO. 172</b>		BAIRRO/DISTRITO <b>Vila Zilda</b>				CEP <b>03069-030</b>	
MUNICÍPIO <b>São Paulo</b>						UF <b>SP</b>	
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL							
LOCALIDADE <b>São Paulo - SP</b>	DATA <b>30/04/2015</b>						
NOME <b>VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO (Administrador)</b>				ASSINATURA <i>Viviane Afonso</i>			





**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**  
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

NOME <b>CLAUDIA SIOLA CIANFARANI</b>							
NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>	ESTADO CIVIL <b>Casado(a)</b>	CPF <b>119.745.868-98</b>	RG/RNE <b>19494001</b>	DIGITO <b>9</b>	DATA DE EXPEDIÇÃO <b>24/08/2010</b>	ÓRGÃO EXPEDIDOR <b>SSP</b>	UF <b>SP</b>
Avenida Senador Verguelo						NÚMERO <b>1590</b>	
COMPLEMENTO <b>APTO. 9</b>		BAIRRO/DISTRITO <b>Centro</b>				CEP <b>09750-001</b>	
MUNICÍPIO <b>São Bernardo do Campo</b>						UF <b>SP</b>	
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL							
LOCALIDADE <b>São Paulo - SP</b>			DATA <b>30/04/2015</b>		ASSINATURA 		
NOME <b>CLAUDIA SIOLA CIANFARANI (Administrador)</b>			ASSINATURA				



**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ 00.913.443/0001-73  
NIRE 41300014795  
REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2015.**

**I - DATA, HORA E LOCAL:** vinte e cinco de maio de dois mil e quinze, às 09:30 horas, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

**II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada nos termos do artigo 17, §2º do Estatuto Social.

**III - QUORUM:** presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, através de seu representante, infra-assinado.

**IV - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Olivier Marie Louis Elie Murguet e Secretário, Alain Daniel Tissier.

**V - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:**

1) Antecipação do fim do mandato da atual diretoria;

Por unanimidade foi decidido antecipar o fim da atual diretoria da sociedade.

2) Eleição de nova Diretoria Executiva para a Sociedade.

Por unanimidade foi decidido eleger nova diretoria executiva para a Sociedade, com mandato até 30/05/2018 (trinta de maio de dois mil e dezoito), a qual será composta da seguinte forma:

**Diretor Presidente:** Fabrice Charles Eugène Cambolive, francês, casado, industrial, portador do passaporte francês nº 13FV31396;

**Diretor Vice-Presidente Comercial:** Gustavo Luis Schmidt, brasileiro, casado, portador do RG nº. 6.385.249 SSP/PE e CPF/MF nº. 488.448.700-10;

**Diretor de Fabricação:** Sr. Luiz Renatto Quinalha, brasileiro, casado, portador do RG nº. 4.101.169-6 e CPF/MF nº. 603.948.119-68;

**Diretor Financeiro:** Jorge Luis Leverone, argentino, casado, cédula de identidade RNE nº W578105-K, CPF/MF nº. 699.738.657-15;

**Diretor:** Alain Daniel Tissier, brasileiro, casado, portador do RG nº. 10.261.304-0 SSP/PR e CPF/MF nº. 213.161.658-92;

**Diretora:** Ana Paula Schlenker Camargo, brasileira, casada, portadora do RG nº. 5.051.613/0 SSP/PR e CPF nº. 862.587.539-49;

**Diretor:** Pablo Luis Sibilla, argentino, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro / Registro Nacional de Estrangeiro RNE nº. 214311045-V;

Todos com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Avenida Renault, 1300, Bairro Borda do Campo, com exceção do Sr. Gustavo Luis

**TABELIONATO CORDEIRO**  
São José dos Pinhais - PR  
Bel. Dalton Bianchi Cordeiro  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original, por inteiro  
Em testemunho da verdade.

15 JAN 2016

<input type="checkbox"/> Amanda M. C.	<input type="checkbox"/> Andrea P.
<input type="checkbox"/> Daniele S. C. E.	<input type="checkbox"/> Denis M. D. C.
<input type="checkbox"/> Edson T. d. R.	<input type="checkbox"/> Fabio R. M.
<input type="checkbox"/> Giovana L. P.	<input type="checkbox"/> Lera R. S.
<input type="checkbox"/> Priscila P. G.	<input type="checkbox"/> Schelvis Ap. L. M.

AV. RENATO CORRÊA, 1300 - BORDA DO CAMPO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR

**S GIOVANNETTI**  
Curitiba - PR  
09 JAN 2015  
A presente cópia foi autenticada e reproduzida fielmente desta face de documento autenticado. LUGO PL  
Escritório Autenticado



Schmidt, que é domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Fidêncio Ramos nº. 223, 15º andar.

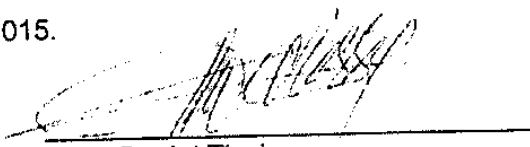
Nos termos do art. 147, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, os eleitos declaram não ter praticado qualquer ato que os impeça de desempenhar cargo eletivo, em qualquer Sociedade neste país.


Os diretores ora eleitos tomaram posse imediatamente nos cargos com exceção dos Srs. Fabrice Charles Eugène Cambolive e Pablo Luis Sibilla cuja posse está condicionada e somente acontecerá após a emissão dos respectivos vistos de trabalho no Brasil, pelas autoridades brasileiras.

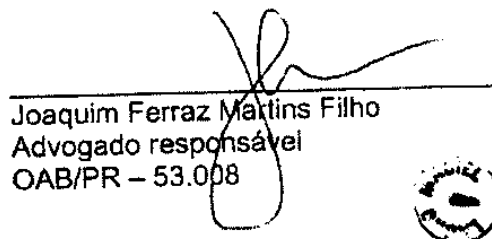
**VI - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos. Foi lavrada a presente ata, em forma de sumário, nos termos do §1º do Art. 130, da Lei nº. 6.404/76, a qual foi lida, achada conforme e por todos assinada, autorizando-se o Sr. Secretário Alain Daniel Tissier, a reproduzir tantas cópias quanto se façam necessárias.


São José dos Pinhais/PR, 25 de maio de 2015.

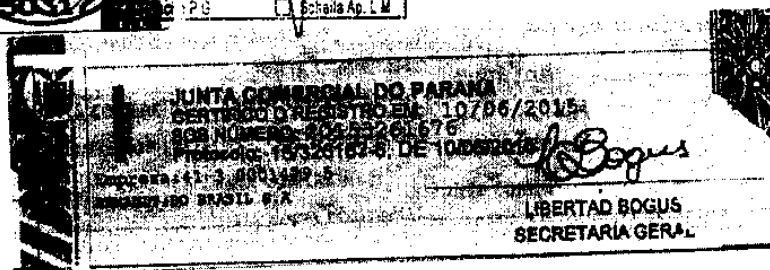
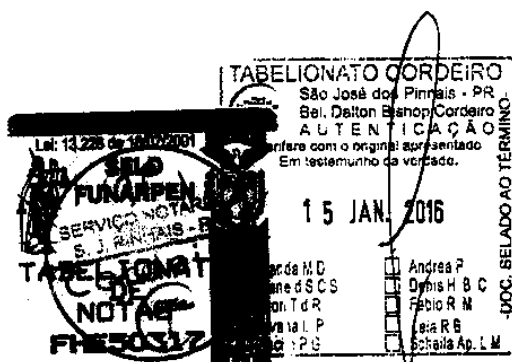
  
**Olivier Marie Louis Elie Murguet**  
Presidente da mesa e Conselheiro

  
**Alain Daniel Tissier**  
Secretário

  
**Carlos Ghosn Bichara**  
Presidente do Conselho representado por  
Olivier Marie Louis Elie Murguet

  
**Joaquim Ferraz Martins Filho**  
Advogado responsável  
OAB/PR – 53.008

  
**Denis Marcel André Marie Barbier**  
Vice-Presidente do Conselho representado  
por Olivier Marie Louis Elie Murguet





JUCESP PROTOCOLO  
0.582.117/15-0



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ 00.913.443/0001-73  
NIRE 41300014795, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2015.**

**I - DATA, HORA E LOCAL:** aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às 14 horas, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

**II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76.

**III - QUORUM:** presente a totalidade dos acionistas da Sociedade.

**IV - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente da Mesa, Alain Daniel Tissier e Secretário, Joaquim Ferraz Martins Filho.

**V - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2014; 2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2014; 3) Deliberar sobre a fixação do montante global e anual da remuneração dos membros da administração; 4) Consolidação do Estatuto Social;

1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2014.

Apresentadas as contas pelo Presidente da mesa, foram aprovadas, por unanimidade, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2014, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Metrópole de São José dos Pinhais no dia 27/03/2015.

2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2014;

Foi aprovado, por unanimidade, o relatório de administração e o resultado do exercício de 2014.

3) Deliberar sobre a fixação do montante global e anual da remuneração dos membros da administração.

Proposta pelo presidente da mesa a fixação do montante global e remuneração dos membros da administração, por unanimidade, aprovou-se para o exercício social, incluindo benefícios e verbas de representação, o pagamento de uma remuneração global e anual, aos Administradores da Diretoria, de até R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais), a ser distribuída aos membros da Diretoria, por deliberação do Diretor Presidente.

TABELIONATO CORDEIRO  
São José dos Pinhais - PR  
Bair. Dalton Blicher Cordeiro  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original apresentado  
Em testemunho da verdade.

18 JAN. 2016

<input type="checkbox"/> Amanda M.O	<input type="checkbox"/> Andrea P
<input type="checkbox"/> Daiane d S C B	<input type="checkbox"/> Denis H B C
<input type="checkbox"/> Edson T d R	<input type="checkbox"/> Fabio R M
<input type="checkbox"/> Giovana L P	<input type="checkbox"/> Leticia R B
<input type="checkbox"/> Priscila P G	<input type="checkbox"/> Selenia Ap. L M

LOC. SELADO AO TÉRMINO

*Assinaturas manuscritas*

4) Aprovar a Consolidação do Estatuto Social conforme as deliberações já aprovadas quando da realização da Assembleia Geral Extraordinária em 15/09/2014.

Por unanimidade, foi aprovada a consolidação do Estatuto Social, com a redação abaixo.

## ESTATUTO SOCIAL da RENAULT DO BRASIL S.A.

### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - Sob a denominação de Renault do Brasil S.A. fica constituída uma sociedade por ações, que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País, ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A sociedade tem por objeto:

- a) a fabricação e a montagem de veículos automotores;
- b) a fabricação de equipamentos, peças e acessórios para veículos automotores;
- c) compra, venda, importação, exportação, industrialização e armazenagem de matérias primas destinadas à fabricação de veículos, partes e peças;
- d) a prestação de serviços de logística, armazenagem de veículos, peças, acessórios, equipamentos, embalagens, material promocional e de consumo do ramo automotivo;
- e) o desenvolvimento das atividades auxiliares à indústria e à comercialização de veículos automotores;
- f) o comércio, importação e exportação de veículos automotores, seus equipamentos, peças, acessórios, máquinas e insumos utilizados direta e/ou indiretamente na produção e/ou manutenção de veículos automotores, e de serviços pós-venda;
- g) a prestação dos serviços de assistência técnica e de manutenção relacionados aos veículos, peças, partes, equipamentos e acessórios comercializados pela Sociedade;
- h) a locação de veículos automotores;
- i) a representação, dentro e fora do País, de outras sociedades civis ou comerciais;
- j) participação em outras sociedades, industriais, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

TABELIONATO CORDEIRO  
São José dos Pinhais - R. ...  
Bai. Dalton Biehon Cordeiro  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original apresentado  
Em testemunho da verdade.  
18 JAN. 2016  
Amanda M.D. Andreia P.  
Dalane d S.C. Denis H.B.C.  
Giovana L.P. Lela R.B.  
Priscila P.G. Scheide Ap. L.M.

## CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL

**Artigo 5º -** Artigo 5º - O Capital Social da empresa totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.255.210.580,47 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e oitenta reais e quarenta e sete centavos), dividido em 422.669.006,499 (quatrocentos e vinte e dois bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações nominativas, sendo 285.438.214,584 (duzentos e oitenta e cinco bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e oitenta e quatro) ações ordinárias e 137.230.791,915 (cento e trinta e sete bilhões, duzentos e trinta milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e quinze) ações preferenciais, todas sem valor nominal, que serão indivisíveis e poderão ser representadas por títulos múltiplos ou singulares, que serão assinados por dois Diretores."

§ 1º - Cada ação ordinária atribuirá a seu detentor direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas.

§ 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas terão as seguintes preferências e prerrogativas:

- (a) percepção de dividendos 10% superiores às queles distribuídos às ações ordinárias;
- (b) prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade;
- (c) direito de voto, no caso da sociedade deixar de distribuir o dividendo mínimo durante três exercícios consecutivos, faculdade que conservarão até o efetivo pagamento, observado o disposto no Artigo 27, abaixo; e
- (d) direito de comparecer à Assembleia Geral de Acionistas, discutindo as matérias dela objeto, mas sem direito a voto.

§ 3º - A sociedade poderá criar novas classes de ações, por deliberação da Assembleia Geral, com vantagens distintas das ações existentes.

**Artigo 6º -** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações ou outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, observados os tipos e classes de ações que cada acionista detenha, sendo ressalvada à Diretoria a faculdade de oferecer aos demais acionistas as ações correspondentes aos acionistas que, por escrito, desistirem do exercício de sua preferência, ou que, decorrido o prazo deste, não tenha exercido a preempção, ou, ainda, que, consultados, não se manifestarem dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da consulta.

TABELIONATO CORDEIRO  
São José dos Pinhais - PR  
Bai. Dalton Bianchi Cordeiro  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original apresentado  
Em testemunha de verdade.

18 JAN. 2016

<input type="checkbox"/> Amanda M.D.	<input type="checkbox"/> Andreia P.
<input type="checkbox"/> Deiane S.C.B.	<input type="checkbox"/> Denis H.B.C.
<input type="checkbox"/> Edson T.O.R.	<input type="checkbox"/> Fabio R.M.
<input type="checkbox"/> Giovana L.P.	<input type="checkbox"/> Leila R.B.
<input type="checkbox"/> Priscila P.G.	<input type="checkbox"/> Scheila Ap. L.M.

LOC. RELADO P. 10/01/2016

**Parágrafo Único** - O acionista que, a partir da data da aprovação deste Estatuto, subscrever ou adquirir ações e não efetuar o pagamento das integralizações correspondentes nos prazos convençionados ficará, de pleno direito, constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor daquelas entradas ou prestações.

### **CAPÍTULO III - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS**

**Artigo 7º** - As Assembleias Gerais de Acionistas serão realizadas, ordinariamente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade assim o exigirem.

**Artigo 8º** - As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na ausência deste por seu Vice-Presidente ou ainda por um dos Conselheiros.

§ 1º - A convocação da Assembleia Geral far-se-á em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

§ 2º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 3º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social ou em lei, serão tomadas pela maioria absoluta dos acionistas com direito a voto, presentes à Assembleia Geral.

§ 4º - Se todos os acionistas estiverem presentes à Assembleia Geral de Acionistas, poderá ser dispensada sua convocação prévia e, mediante consentimento dos presentes, outras matérias poderão ser incluídas na ordem do dia, além daquelas originalmente previstas.

**Artigo 9º** - As Assembleias Gerais de Acionistas serão presididas pelo Diretor Presidente, ou na ausência deste pelo Diretor Vice-Presidente, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao presidente da assembleia cabe a escolha do secretário.

**Artigo 10º** - Os acionistas poderão ser representados, nas Assembleias Gerais de Acionistas, por procurador, que seja acionista, administrador da sociedade ou advogado, investido de poderes especiais, cujo correspondente instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da sociedade.

### **CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 11º** - A administração da companhia competirá ao conselho de administração e à diretoria.

**TABELIONATO CORDEIRO**  
São José dos Pinhais - PR  
Belo Dalton Blichner Cordeiro  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original apresentado  
Em testemunho da verdade.

18 JAN. 2016

<input type="checkbox"/> Amanda M.O.	<input type="checkbox"/> Andreia P.
<input type="checkbox"/> Daliane S.C.B.	<input type="checkbox"/> Denise H.B.C.
<input type="checkbox"/> Edson T.R.	<input type="checkbox"/> Fábio R.M.
<input type="checkbox"/> Giovanni L.R.	<input type="checkbox"/> Evandro
<input type="checkbox"/> Priscila P.G.	<input type="checkbox"/> Scheila Ap. L.M.

LOC. SELADO AO TÉRMINO

**Artigo 12 -** O Conselho de Administração será constituído de no mínimo 3 (três) membros com mandato de até 3 (três) anos, podendo ser reelitos.

**Artigo 13 -** A remuneração global que será feita na forma do artigo 152, da Lei nº 6404/76, tanto do Conselho de Administração, como da Diretoria, serão estabelecidas pela Assembleia Geral Ordinária, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração ratear entre os membros do Conselho de Administração e ao Diretor Presidente ratear entre os membros da Diretoria.

**Artigo 14 -** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio, devendo permanecer no exercício de suas funções até que efetivamente substituídos por seus sucessores.

**Artigo 15 -** O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os seus membros.

§ 1º - Em caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer outro membro do Conselho de Administração, este poderá indicar por meio de procuração um substituto dentre seus pares, a quem caberá exercer interinamente as funções daquele atribuídas, durante a ausência ou impedimento.

§ 2º - O substituto exercerá todas as funções e será investido de todos os direitos e poderes atribuídos ao conselheiro por ele substituído, votando em reuniões do Conselho de Administração em seu próprio nome e em lugar do membro substituído.

**Artigo 16 -** Em caso de vacância no Conselho de Administração, o suplente será nomeado pela Assembleia Geral de Acionistas, que deverá ser convocada para tanto.

**Parágrafo Único -** Para fins deste artigo, qualquer cargo do Conselho de Administração será considerado vago em caso de destituição, morte, incapacidade comprovada, impedimento ou ausência injustificada de qualquer conselheiro por três reuniões consecutivas.

**Artigo 17 -** O Conselho de Administração reunir-se-á na sede da Companhia, ordinariamente, uma vez ao ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou Vice-Presidente, ou por outro conselheiro, mediante convocação enviada aos demais membros, por escrito, com no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência, fazendo nele constar a data, hora e local da reunião, assim como um resumo da ordem do dia.

§ 2º - Se todos os Conselheiros estiverem presentes à reunião, eles poderão dispensar, por acordo mútuo, a exigência de convocação prévia, assim como deliberar a respeito de outras

**TABELIONATO CORDERO**  
São José dos Pinhais - PR  
Escr. Dalton Bianchi Cordero  
**AUTENTICAÇÃO**  
Conferência com original expresso. Lado  
Em testemunho da verdade.

18 JAN. 2016

<input type="checkbox"/> Amanda M.D.	<input type="checkbox"/> Andreia P.
<input type="checkbox"/> Danilo C. S. D.	<input type="checkbox"/> Denise R. S. C.
<input type="checkbox"/> Edson T. R.	<input type="checkbox"/> Fabio R. M.
<input type="checkbox"/> Giovana L. P.	<input type="checkbox"/> Lera R. S.
<input type="checkbox"/> Priscila P. G.	<input type="checkbox"/> Selma A. L. M.

LOCAL: SELADIA, AD. T. R. R. N. 100

matérias não especificadas na ordem do dia.

§ 3º - Cada Conselheiro fará jus a um voto, quando estiver pessoalmente presente à reunião ou quando estiver devidamente representado por um de seus pares através de procuração, em reuniões do Conselho de Administração. Os Conselheiros que receberem procuração terão direito de votar por si e pelo Conselheiro ausente.

§ 4º - As reuniões do Conselho de Administração somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros, por si ou representados por outros membros, desde que tenham outorgado poderes específicos.

§ 5º - As deliberações do Conselho de Administração dependerão do voto favorável de, no mínimo, a maioria dos membros presentes à reunião, por si ou representados por outros membros, desde que tenham outorgado poderes específicos.

**Artigo 18 -** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente ou, sem sua ausência o Vice-Presidente. O Vice-Presidente ou, em sua ausência, outro conselheiro servirá de Secretário das reuniões.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração.

§ 2º - As Atas de Reuniões do Conselho de Administração, que contiverem deliberações oponíveis a terceiros deverão ser arquivadas na junta comercial competente e deverão ser devidamente publicadas.

**Artigo 19 -** Compete ao Conselho de Administração definir as diretrizes básicas e a política geral da Sociedade, zelando por sua implementação e continuidade, competindo-lhe:

- a) nomear e destituir a Diretoria, definir atribuições dos Diretores, aprovar os regulamentos internos aplicáveis aos Diretores, e supervisionar os Diretores na condução dos negócios da Sociedade;
- b) aprovar políticas de produção e vendas, observados, em todos os casos, os interesses precípuos da Sociedade;
- c) aprovar a estratégia global em longo prazo a ser adotada pela Sociedade, aprovar a estratégia global que os representantes da Sociedade deverão propor quanto às sociedades coligadas e controladas;
- d) nomear e destituir os auditores externos da Sociedade e estabelecer critérios e práticas contábeis;
- e) aprovar o relatório de administração e contas da Diretoria, além das demonstrações financeiras anuais e intermediárias;
- f) analisar e aprovar os orçamentos anuais, e os planos anuais e plurianuais de investimentos, assim como suas alterações.

TABELIONATO CORDEIRO  
São José do Patrimônio - PR  
Bai. Dalton Emanoel Cordeiro  
AUTENTICAÇÃO  
Conte com o original apresentado  
Em testemunho da verdade,  
18 JAN 2016  
Amândia M.O. Angélica P.  
Edson T.d.R. Fábio R.M.  
Giovanna L.P. Laila R.B.  
Priscila P.G. Sônia A.L.M.

- preparados pela Diretoria;
- g) deliberar a respeito de qualquer matéria relacionada a negócios passíveis de afetar a Sociedade, e determinar o procedimento a ser adotado em cada caso;

**Artigo 20** – A Sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 4 (quatro) membros residentes no País, acionistas ou não, dispensados de prestar caução, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Comercial, um Diretor Financeiro e um Diretor de Fabricação, e demais, quando houver, como Diretores, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três anos, permitida a reeleição. Os diretores poderão ser, a qualquer momento, destituídos de seus cargos por deliberação de acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º - O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos, pelo Diretor que vier a ser designado pelo próprio Diretor Presidente ou, na ausência de designação, por um dos Diretores, na seguinte ordem: Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Financeiro, ou Diretor de Fabricação.

§ 2º - O Diretor Vice-Presidente e os Diretores serão substituídos em suas ausências ou impedimentos pelo Diretor que vier a ser designado pelo Diretor Presidente.

§ 3º - Ocorrendo vacância definitiva na Diretoria, novo membro será designado pela Assembleia Geral e terá todos os direitos do Diretor substituído, inclusive o de voto nas reuniões, exercendo o cargo pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído. Caso, em virtude da vacância definitiva, o número de diretores passe a ser inferior ao previsto no caput do art. 20, será convocada no menor tempo possível Assembleia Geral de acionistas para eleger novo membro.

§ 4º - É obrigatória a eleição para os cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Financeiro, e Diretor de Fabricação.

§ 5º - Com exceção da hipótese de destituições feitas expressamente, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos diretores eleitos.

**Artigo 21** – A representação da Sociedade perante terceiros deve ser feita: (i) através da assinatura de dois diretores; (ii) um diretor em conjunto com um procurador ou, ainda, (iii) dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes de representação, e incluem, mas não se restringem a:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios, coordenar e supervisionar todas as atividades da Sociedade, exercendo os poderes gerais de administração;
- b) deliberar sobre a criação, extinção e transferência de filiais, agências e representações em quaisquer praças do País ou do

**Jura os:**

**18 JAN. 2016**

<input checked="" type="checkbox"/> Amanda M.G.	<input checked="" type="checkbox"/> André P.
<input checked="" type="checkbox"/> Daniele S.C.B.	<input checked="" type="checkbox"/> Denis H.B.C.
<input checked="" type="checkbox"/> Giovana L.P.	<input checked="" type="checkbox"/> Lena R.B.
<input checked="" type="checkbox"/> Priscila P.G.	<input checked="" type="checkbox"/> Sheila Ap. L.M.

CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO  
Em testemunho da verdade.

18 JAN. 2016

SELADO



- Exterior, observadas as disposições legais e regulamentares atinentes à matéria; bem como a participação em outras Sociedades ou empreendimentos, obedecidos os preceitos legais.
- c) aprovar a distribuição de dividendos mencionada nos artigos 27 e 28, deste Estatuto;
  - d) deliberar sobre a apresentação à Assembleia Geral de propostas sobre aumentos de capital e alteração deste Estatuto;
  - e) decidir sobre atos cuja competência não esteja definida no presente Estatuto e não seja exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
  - f) transigir, celebrar acordos, desistir e renunciar direitos, prestar caução;
  - g) aprovar os atos de aquisição, alienação ou constituição de ônus sobre bens móveis, imóveis e direitos da sociedade, envolvendo, dentre outros, marcas registradas; conhecimentos técnicos; tecnologia; equipamentos; máquinas; imóveis e bens correlatos;
  - h) deliberar sobre a outorga de Fiança aos Empregados da empresa, nas relações locatícias que tenham que contratar, como decorrência de sua relação com a sociedade e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
  - i) organizar, dirigir e fiscalizar toda a parte administrativa, financeira e operacional da sociedade;
  - j) propor à Assembleia Geral o orçamento anual de receita, despesa e investimento;
  - k) organizar e apresentar, anualmente à Assembleia Geral Ordinária e ao Conselho de Administração as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Diretoria;

**§ 1º - Compete ao Diretor Presidente:**

- a) presidir as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria;
- b) representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- c) superintender as atividades da sociedade;
- d) coordenar as funções do Diretor Vice-Presidente Comercial e dos demais Diretores;
- e) Fixar o critério de distribuição da participação e percentagem à Diretoria, assim como, estabelecer o rateio dos honorários fixados globalmente pela Assembleia Geral conforme está determinado no artigo 13 deste Estatuto, e fixar a remuneração dos Diretores;

**§ 2º - Compete ao Diretor Vice-Presidente:**

- a) auxiliar o Diretor Presidente em suas atribuições;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria, na ausência do Diretor Presidente;
- c) supervisionar o funcionamento operacional ordinário da empresa, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente;

**TABELIONATO CORDOIRO**  
São José dos Pinhais - PR  
Bail. Dalton Bishop Cordero  
**AUTENTICAÇÃO**  
Conferi com o original apresentado  
Em testemunho da verdade.

18 JAN. 2016

<input type="checkbox"/> Amanda M. C.	<input type="checkbox"/> Andreia P.
<input type="checkbox"/> Daiane d. S. C.	<input type="checkbox"/> Denis H. B. C.
<input type="checkbox"/> Edson T. d. R.	<input type="checkbox"/> Fabio R. M.
<input type="checkbox"/> Priscila P. G.	<input type="checkbox"/> Schella Ap. L. M.

REC. SELADO AO IMPRIMIR

d) desempenhar e encarregar-se das funções atribuídas pelo Diretor Presidente.

§ 3º - Compete aos Diretores desempenhar e encarregar-se das funções que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, ou, nas suas ausências.

**Artigo 22** - Não obstante o previsto no caput do artigo 21, os poderes conferidos à Diretoria que criarem responsabilidade para a sociedade, ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, desde que observado o disposto nos §§ 1º e 2º abaixo deste artigo, poderão ser exercidos mediante assinatura de:

- 1 (um) Diretor em conjunto com um Procurador; ou
- 2 (dois) Procuradores em conjunto.

§ 1º - Em casos especiais, certos e determinados, mediante deliberação aprovada previamente em Reunião de Diretoria, a Empresa poderá ser representada por um só membro da Diretoria ou por um só procurador;

§ 2º - Os procuradores serão sempre nomeados através de procuração assinada por dois Diretores, devendo obrigatoriamente os respectivos instrumentos especificar: a) os atos que poderão ser praticados; b) os valores máximos de competência; c) em conjunto com quem os procuradores poderão assinar; e d) o prazo de validade da procuração.

§ 3º - O procurador com poderes da cláusula "ad-judicia" agirá em conjunto ou isoladamente e será constituído na forma do disposto no parágrafo anterior;

§ 4º - Com exceção do mandato judicial, todos os demais instrumentos de procuração deverão ter prazo máximo de vigência de dois anos.

**Artigo 23** - A Diretoria se reunirá sempre que assim o exigirem os negócios e interesses sociais, consignando em livro próprio o que for deliberado na ocasião, pela maioria presente, cujo "quórum" mínimo será a maioria dos seus membros eleitos em exercício.

#### CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

**Artigo 24** - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no País.

§ 1º - O Conselho Fiscal apenas funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem sua instalação, sendo a Assembleia Geral de Acionistas competente para eleger e destituir seus membros e fixar sua remuneração.

§ 2º - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, os poderes e

18 JAN. 2016

<input type="checkbox"/> Amanda M. D.	<input type="checkbox"/> Andréas P.
<input type="checkbox"/> Daiane d. S. C. B.	<input type="checkbox"/> Denis H. R. C.
<input type="checkbox"/> Edson T. d. R.	<input type="checkbox"/> Fábio R. M.
<input type="checkbox"/> Giovane L. P.	<input type="checkbox"/> Letia R. B.
<input type="checkbox"/> Priscila P. G.	<input type="checkbox"/> Scheila Ap. L. V.

100 SELADO DO TERNAS

atribuições que a Lei lhe confere, sendo que o regulamento interno do mesmo será estabelecido pela Assembleia Geral de Acionistas que tiver solicitado sua instalação.

## CAPÍTULO VI - DO ANO SOCIAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS

**Artigo 25 -** O exercício social corresponderá ao ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 26 -** Ao fim de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da sociedade, as seguintes demonstrações financeiras:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração de lucro ou prejuízos acumulados;
- III - declaração dos resultados;
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º - A Diretoria deverá submeter às demonstrações financeiras da sociedade à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas e ao Conselho de Administração, no prazo de, no máximo, 4 (quatro) meses a contar do final do exercício social a que se referem.

§ 2º - Os Órgãos da Administração da sociedade apresentarão à Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras bem como uma proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observadas as disposições legais e estatutárias.

§ 3º - Os livros da sociedade serão examinados por Auditor independente.

§ 4º - A sociedade poderá preparar balanços intermediários ou intercalares a qualquer tempo, e, com base nesses balanços, distribuir dividendos.

**Artigo 27 -** Os lucros líquidos, apurados conforme previsto em lei, terão a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 5% (cinco por cento) para distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, observado o Artigo 29, abaixo e
- c) o saldo terá a destinação que lhe for atribuída pela Diretoria, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

**Parágrafo Único -** O pagamento de dividendos deverá ser determinado no prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da declaração de dividendos em Assembleia Geral de Acionistas.

**Artigo 28 -** A Assembleia Geral de Acionistas poderá, por proposta da Diretoria, constituir reservas adicionais conforme previsto em lei.

18 JAN 2016

<input type="checkbox"/> Amanda M. C.	<input type="checkbox"/> André P.
<input type="checkbox"/> Daiane d. S. C. B.	<input type="checkbox"/> Denis H. B. C.
<input type="checkbox"/> Edson T. d. R.	<input type="checkbox"/> Fábio R. M.
<input type="checkbox"/> Giovane L. P.	<input type="checkbox"/> Leila R. B.
<input type="checkbox"/> Priscila P. G.	<input type="checkbox"/> Sheila Ap. L. M.

DOC. SELOUÇAO T. P. M. N.

**Artigo 29 -** Os dividendos não reclamados dentro do período de 3 (três) anos, a contar de sua disponibilidade, reverterão em benefício da sociedade.

## CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

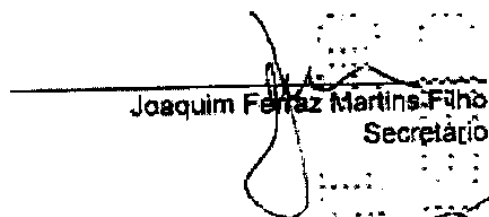
**Artigo 30 -** A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

**Parágrafo Único -** Competirá à Assembleia Geral de Acionistas indicar o liquidante, fixar a sua remuneração, estabelecer a forma de liquidação e nomear o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação."

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes. Lavrada a presente Ata, nos termos do §1º do Art. 130, da Lei nº 6.404/76, foi lida, achada conforme e por todos assinada, autorizou-se, a reproduzir tantas cópias quanto se façam necessárias.

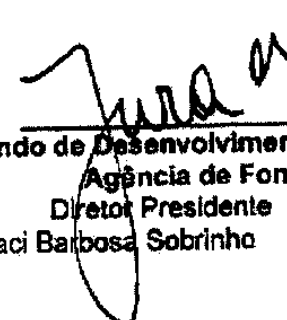
**ASSINATURAS: Mesa:**

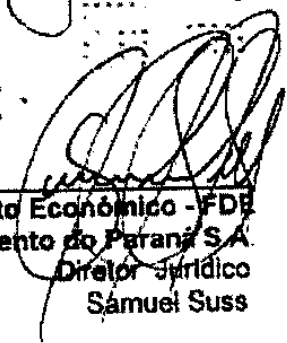
  
Alain Daniel Tissier  
Presidente da mesa

  
Joaquim Ferraz Martins Filho  
Secretário

**Acionistas:**

  
RENAULT SAS  
p/p Joaquim Ferraz Martins Filho

  
Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE  
Agência de Fomento do Paraná S.A.  
Diretor Presidente  
Juraci Barbosa Sobrinho

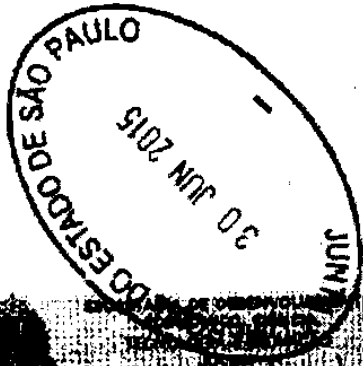
  
Diretor Jurídico  
Samuel Suss

  
Maria Helena Venetkides Durigan  
Advogada OAB/PR nº 18.985

**JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ**  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 07/05/2015  
SOB NÚMERO: 20152633588  
Protocolo: 15/263358-8, DE 28/04/2015  
Empresário: RENAUDI, S.A.  
LIBERTAD BOGUS  
SECRETARIA GERAL

**ABELIONATO CORDEIRO**  
São José dos Pinhais - PR  
Bel. Dalton Silveira Cordeiro  
AUTENTICAÇÃO  
Conferir com o original apresentado  
Em testemunho da verdade.  
18 JAN. 2016  
-DOC. SELADO AO TÉRMINO-

<input type="checkbox"/> Amanda M.O.	<input type="checkbox"/> Andreia P.
<input type="checkbox"/> Daviane d S.C.B.	<input type="checkbox"/> Denise H. B. C.
<input type="checkbox"/> Edson T. d. R.	<input type="checkbox"/> Fábio R. M.
<input type="checkbox"/> Giovana L. R.	<input type="checkbox"/> Leila R. B.
<input type="checkbox"/> Priscila P. G. V.	<input type="checkbox"/> Sônia Ap. L. M.



CERTIFICADO DE AUTENTICAÇÃO  
DO O NÚMERO

279.172/15-1



JUCESP

TABELIONATO  
DE  
NOTAS  
FHE49806

TABELIONATO CORDEIRO  
São José dos Pinhais - PR  
Bel. Dalton Bispo Cordeiro  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original apresentado  
Em testemunho de verdade.  
18 JAN. 2016  
Amendo A.D.  
Dallene S.C.E.  
Edson T.d.R.  
Gisela L.P.  
Priscila P.G.  
Angela P.  
Doris H.B.C.  
Fabio R.M.  
Leandro B.  
Schneider L.M.  
JUCESP